



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Da Polícia Judiciária Militar:

Contributos para uma análise do regime vigente

Joana Rita Rodrigues De Oliveira

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais

Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientador:

Prof. Doutor José Fontes

abril de 2020



“À Instituição Militar, o último esteio da Pátria.

Aos militares portugueses, tantas vezes glorificados e outras tantas desprezados, mas sempre cumprindo o seu dever. Que pode incluir o sacrifício máximo.” (Loureiro dos Santos, 2012, p.12)



## **Agradecimentos**

Saber agradecer, não é só um ato de humildade, também é um gesto de retribuição pela prova de confiança que depositaram em nós e no nosso trabalho. A presente investigação proporcionou conhecer pessoas singulares, que mais tarde se revelaram em amizades. Permitiu que se alargassem perspetivas, e que se explorasse questões e contextos diversificados.

Começo por agradecer, em primeiro, à Mãe e ao Pai, por me educarem da melhor forma que souberam. Pelas oportunidades de abrir os meus horizontes, conduzindo até hoje à dissertação. Pelos exemplos de vida que são para mim, pelo amor. À minha querida Irmã, pelo carinho e compaixão, em todos os momentos de maior dificuldade, ensinando-me que há sempre alguma coisa pela qual vale a pena lutar.

Aos avós, pelo infinito espírito jovem e bondoso.

Ao Carlos, pela cumplicidade, pelo amor. Por estares sempre presente, e nunca deixares de acreditar na minha capacidade de superação.

Em segundo, ao Professor Doutor José Fontes, meu orientador, exemplo de rigor, profissionalismo e humildade, que prontamente aceitou o convite para me nortear neste trilha. Pela amizade.

Ao Professor Doutor Nuno Poiars, pela disponibilidade, motivação e dedicação aos alunos.

Ao Professor Doutor Manuel Valente, pelo contágio do gosto pelo Direito.

Aos Professores de Mestrado, pelo conhecimento, competência e rigor que sempre procuravam inculcar aos alunos.

Aos profissionais da Polícia Judiciária Militar, que me acolheram como se fosse uma de vós. Pela amizade, espírito de entreajuda e camaradagem.

Aos militares, pelo sentido de serviço ao país, pela coragem e disciplina.

Aos ex-militares, que de alguma forma contribuíram para a liberdade individual e sentido de justiça, que na maioria das vezes são esquecidos.



## **Resumo**

Na presente dissertação, procura-se responder ao problema fundamental que a sociedade civil e militar tanto anseiam, se “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?”. Incidindo-se no tema “Da Polícia Judiciária Militar: Contributos para uma análise do regime vigente”.

A escolha da temática, deveu-se à pertinência que a Polícia Judiciária Militar tem vindo a apresentar no Sistema de Justiça Militar, nomeadamente, na projeção quanto ao Código de Justiça Militar e na sua aplicabilidade aos ramos das Forças Armadas. Não esquecendo, por certo, o desempenho da sua competência de Investigação Criminal e toda a sua evolução como Polícia Judiciária Militar até ao presente.

O estudo metodológico que se reflete, é a materialização de uma investigação, que busca o propósito e existência da Polícia Judiciária Militar no presente. Na sua base predominam-se diversas perspetivas e fatores determinantes, como a Justiça Militar, os Crimes Estritamente Militares, o Código de Justiça Militar, a competência de Investigação Criminal e as Forças Armadas.

Em suma, a sua essência reflete-se no trabalho de observação participante e no inquérito por entrevista, procurando-se expor como produto final a resposta à problemática central, bem como os seus principais propósitos de existência. Só através da imersão no meio castrense, se consegue responder aos quesitos em causa.

**Palavras-Chave:** Polícia Judiciária Militar; Justiça Militar; Código de Justiça Militar; Crimes Estritamente Militares; Investigação Criminal; Forças Armadas.





## **Abstract**

The present dissertation, seeks a solution to the fundamental question that both civil and military society are eager to find an answer for, "Does it make sense, nowadays, for the continuous existence of a Military Judicial Police". It focuses on the subject of "From the Military Judicial Police: Contributions to an analysis of the current regime".

The thematic choice was due to the relevance that the Military Judicial Police has come to represent in the Military Judicial System. Namely, in the visibility it presents regarding the Military Justice Code and its applicability in the branches of the Armed Forces. Not forgetting, of course, the performance of their criminal investigation competence and their evolution as a Military Judicial Police.

The resultant methodological study, is the materialisation of an investigation, which seeks to find the Military Judicial Police purpose of existence in the current days. At its base, multiple perspectives are predominant, but so are some determinant factors, like the Military Justice, Strictly Military Crimes, Criminal Investigation competence and the Armed Forces.

In short, its essence is reflected in a work of both participant observation and questionnaires by interview. From which, is attempted to expose as a final product, the answer to the central question as well as their main points of existence. Only through immersion in the fundamentals of the military environment, can these questions be answered.

**Keywords:** Military Judiciary Police; Military Justice; Code of Military Justice; Strictly Military Crimes; Criminal Investigation; Armed Forces.



## ÍNDICE

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>5</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>7</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>9</b>
<b>ÍNDICE .....</b>	<b>11</b>
<b>Índice de Quadros .....</b>	<b>12</b>
<b>Índice de Anexos.....</b>	<b>13</b>
<b>Índice de Gráficos .....</b>	<b>13</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>§ 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO - DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR...</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Das Origens da Polícia Judiciária Militar .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Dimensão Simbólica .....</b>	<b>26</b>
<b>1.3 Definição de conceitos .....</b>	<b>28</b>
<b>1.4 Teorias de base .....</b>	<b>32</b>
<b>§ 2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO - DA JUSTIÇA MILITAR AO CJM.....</b>	<b>36</b>
<b>2.1 Do Crescimento da PJM como Corpo Superior de Polícia .....</b>	<b>41</b>
<b>2.2 Organização e Estrutura Orgânica .....</b>	<b>44</b>
<b>2.3 Competência em matéria de Investigação Criminal .....</b>	<b>47</b>
<b>2.4 Crime Estritamente Militar .....</b>	<b>50</b>
<b>§ 3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>54</b>
<b>3.1 Problematização da Pesquisa .....</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Variáveis e Hipóteses.....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 População Alvo e Amostra .....</b>	<b>60</b>
<b>3.4 Instrumentos e recolha de dados .....</b>	<b>62</b>
<b>3.5 Apresentação dos dados.....</b>	<b>65</b>
<b>3.6 Tratamento dos dados .....</b>	<b>75</b>
<b>3.6.1. Da caracterização socioprofissional .....</b>	<b>75</b>
<b>3.6.2. Do Código de Justiça Militar .....</b>	<b>76</b>
<b>3.6.3. Da Justiça Militar à Polícia Judiciária Militar .....</b>	<b>77</b>

<b>3.6.4. Enquadramento Legislativo da Jurisdição Militar .....</b>	<b>78</b>
<b>§ 4. ESTUDO COMPARATIVO DA PJM COM A POLÍCIA ESPANHOLA .....</b>	<b>79</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>95</b>

## Índice de Quadros

Quadro 1. Objetivos Propostos .....	65
Quadro 2. Objetivos Finais .....	65
Quadro 3. Posto .....	66
Quadro 4. Categoria Profissional .....	66
Quadro 5. Habilitações Literárias .....	66
Quadro 6. Habilitações Literárias dos Sargentos .....	67
Quadro 7. Áreas de Formação .....	67
Quadro 8. Anos de serviço na atual instituição .....	68
Quadro 9. Opinião sobre o CJM.....	68
Quadro 10. Perspetiva do CJM .....	69
Quadro 11. O CJM na aplicação de competências da PJM .....	69
Quadro 12. Importância do CJM no SJM .....	69
Quadro 13. Investigação dos Crimes Estritamente Militares por polícia civil ...	70
Quadro 14. Importância da PJM no SJM .....	70
Quadro 15. Recursos da PJM .....	70
Quadro 16. Recursos da PJM .....	71
Quadro 17. Desempenho da PJM na competência de IC .....	71
Quadro 18. Áreas a desenvolver na PJM.....	72
Quadro 19. Diminuição da Criminalidade Militar .....	72
Quadro 20. Exposição da PJM.....	73
Quadro 21. Existência da PJM.....	73
Quadro 22. Justificação da existência da PJM.....	74
Quadro 23. Justificação da existência da PJM.....	74

## Índice de Anexos

Anexo 1. Organização e Estrutura Orgânica da PJM.....	95
Anexo 2. Organização e Estrutura Orgânica da PJM.....	95
Anexo 3. Brasão de armas da PJM.....	96
Anexo 4. Brasão de armas do Diretor- .....	96
Anexo 5. Guião da PJM .....	96
Anexo 6. Galhardete da PJM .....	96
Anexo 7. Organização Estrutural do Ministério Público posteriormente à rutura da Justiça Militar (1997) .....	97
Anexo 8. Organização Estrutural do Departamento de Investigação de Ação Penal posteriormente à rutura da Justiça Militar (1997) .....	98
Anexo 9. Distribuição geográfica das Unidades de Investigação Criminal.....	99

## Índice de Gráficos

Gráfico 1. Plano da amostra.....	62
Gráfico 2. Evolução do Crime Estritamente Militar por cada ramo das Forças Armadas.....	99

## **Lista de Siglas**

CEM - Crimes Estritamente Militares

CJM - Código de Justiça Militar

CPP - Código de Processo Penal

CRP - Constituição da República Portuguesa

DIAP - Departamento de Investigação e Ação Penal

EJMAMMP - Estatuto dos Juízes Militares e Assessores Militares do Ministério Público

G.N.R. - Guarda Nacional Republicana

JM - Justiça Militar

LOMDN - Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional

LOPJM - Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar

MP- Ministério Público

OPCS - Órgãos de Polícia Criminais

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado Português

PJM - Polícia Judiciária Militar

RDM - Regulamento de Disciplina Militar

SC - Serviço de Criminalística

SPJM - Serviço de Polícia Judiciária Militar

TIC - Tribunal de Instrução Criminal

UCO - Unidade Central Operativa

UTPJ - Unidade Técnica de Polícia Judicial

## INTRODUÇÃO

A presente investigação nasce com o intento de ser uma premissa imprescindível para a obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).

A Justiça Militar encontra-se carente de reflexões. No que é fundamental refletir? Que caminho se deve tomar quanto ao pensamento?

As sociedades procuram questionar-se cada vez mais, sobre o que é realmente importante para o ser humano. Aqui irá se refletir na pergunta que conduziu toda a investigação, se “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?”.

Após pesquisar-se afincadamente sobre as polícias em Portugal, depreende-se que são raros e escassos os estudos desenvolvidos no âmbito da Polícia Judiciária Militar (PJM). Uma vez que a mesma se apresenta com uma competência de Investigação Criminal reservada e específica, que faz desta, uma polícia com características muito particulares. Deste modo, tem sentido aprofundar toda a sua estrutura organizacional, e a sua forma de atuação.

Abordar-se a investigação criminal no contexto militar, em Portugal, é falar-se numa dialética muito estreita entre polícia e o foro militar, em que entra em palco a Polícia Judiciária Militar. Insere-se num contexto particularmente marcado pelo Código de Justiça Militar e, por princípios enraizados no rigor e disciplina militar. No sentido de melhor entendimento, exploração e construção do problema de investigação, foi pertinente a realização de uma entrevista exploratória. A sua função passou por “abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspetos de um dado problema, nos quais o investigador não teria decerto pensado espontaneamente” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p.79). A presente entrevista foi realizada a dois elementos da Polícia Judiciária Militar, sendo eles um investigador criminal e um perito do Laboratório de Polícia Técnico-Científica.

A investigação do presente problema, irá permitir perceber como se consegue aliar o plano teórico ao plano empírico. Uma vez que as suas competências, a sua natureza e missão irão ser verificadas no terreno, determinar-se-á desta

forma a relevância refletida na Investigação Criminal para o Sistema de Justiça Militar. A mesma revela-se através do Código de Justiça Militar e dos ramos das Forças Armadas. Procura-se assim, uma resposta que se possa aferir na realidade criminal militar, proporcionando um maior entendimento e abertura do tema.

A escolha do problema de investigação deveu-se à premente transmissão de conhecimento sobre a Polícia Judiciária Militar, uma vez que a sua realidade é pouco conhecida na sociedade civil e na comunidade científica. O desafio passa também por dar visibilidade à estrutura em causa.

O segundo aspeto incide-se na investigação de determinado objeto de estudo, de uma determinada área, ou temática, mais especificamente de uma polícia, como se irá constatar, que carece de certo, de uma inteligibilidade, de coesão, e de uma atitude distanciada e não comprometida. Serão estes os pilares fundamentais em que assentará todo o trabalho realizado.

Analisar o problema de investigação explorado, se “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?”, presa-se neste sentido, por uma compreensão da importância da utilização do Código de Justiça Militar (CJM) e do seu papel no Sistema de Justiça Militar. Foi essencial investigar e refletir para se conseguir chegar ao fundamento da existência desta polícia em Portugal. A resposta à pergunta que se tem encontrado a planar na sociedade, permitirá contribuir para uma análise do regime vigente.

Independentemente do fundamento que se tenha verificado, parte da sua estrutura são os dados recolhidos através do inquérito por entrevista, e também o trabalho de campo realizado, de forma a se conseguir chegar a uma solução. Objetivos que passam também por compreender a importância da PJM no Sistema de Justiça Militar, de forma a que se entenda a influência que representa para os ramos das Forças Armadas. De um modo mais especial, para os militares.

A necessidade de uma investigação constante neste meio, acabará por suscitar outras questões mais pertinentes e que certamente se irão revelar fulcrais para o desenvolvimento da presente tese.



Responder ao porquê da sua emergência no meio castrense, vem conferir a necessidade de verificar a importância deste código, também de forma a aferir a influência que tem nas competências desta polícia. Permitirá verificar as suas vantagens e limitações.

Esclarecer e dar visibilidade ao papel judiciário militar da PJM, faz parte dos objetivos a serem refletidos na presente tese, procurando demonstrar a sua expressão junto da comunidade científica e da sociedade. Sendo esta uma temática pouco visível aos olhares menos atentos, busca-se desta forma realçar a sua importância e singularidade, uma vez que se articula na Defesa Nacional. Surgem neste seguimento, questões pertinentes. Fazer uma investigação sem a colocação de hipóteses não faz sentido, uma vez que são essenciais na clarificação da problemática, pois “traduz, por definição, este espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico” (Quivy & Campenhoudt, 1995. p.119).

A entrevista exploratória apresenta-se aqui com alguma importância, pois permitiu clarificar melhor as questões abordadas na investigação e os caminhos explorados.

As questões de investigação que se apresentam, revelam-se como uma mais valia para o esclarecimento da pergunta de investigação, pois sem elas não se conseguiria chegar a um fundamento que possa considerar-se válido. Estabelecem-se como os alicerces de toda a construção, como pilar principal, a pergunta de investigação.

De forma a constatar-se o seu valor, estas questões serão posteriormente confrontadas com as entrevistas realizadas e os dados recolhidos. Com o desenvolver da investigação irão surgir novas hipóteses:

- a) Porque é que existe uma Polícia Judiciária Militar?
- b) Como influencia o Código de Justiça Militar a execução das competências da PJM?
- c) Quais as suas limitações na execução das competências?
- d) Qual a relevância do papel da PJM para os militares das Forças Armadas?

- e) Qual a influência da aplicação das competências da PJM nos ramos das Forças Armadas?
- f) Qual a importância da PJM na Defesa Nacional?

Aquando este momento será imperativo pensar e ver diferentes pontos de vista, não estar preso a preconceitos, mas antes comportar uma abertura à mudança. Só assim se propiciará a existência de uma coesão na investigação, sendo o seu fim, a resposta às causas dos acontecimentos. Deste modo, compreender-se-á as relações entre os constructos e as variáveis. Só assim se poderá analisar e perceber os fundamentos desta polícia nos dias de hoje, e repensar em novas estratégias de progresso.

Contudo em consonância com o exposto, a divisão da dissertação será necessária de forma a deixar esclarecidas as diferentes partes e ramificações da mesma. No primeiro capítulo, revê-se toda a literatura, em que o enfoque está direcionado para uma visão objetiva teórica/histórica, partindo do estado geral das origens da PJM para o particular, abordando a sua dimensão histórica e simbólica. Apresentam-se as diferentes perspetivas do Direito Policial e do Direito Militar.

O enquadramento jurídico, encontra-se refletido no segundo capítulo, desde a origem da Justiça Militar até à introdução do Código de Justiça Militar. O mesmo centra-se no crescimento da PJM como Corpo Superior de Polícia, foca-se na sua organização e estrutura orgânica, na competência em matéria de Investigação Criminal, percorrendo os Crimes Estritamente Militares. De forma a se aferir uma resposta, foi necessário estabelecer-se uma metodologia de investigação.

O método, o modelo, os objetivos mais específicos, são focados no terceiro capítulo. Englobam-se também as hipóteses colocadas, as variáveis, o tipo de população, amostra escolhida e os instrumentos utilizados.

O procedimento de recolha de dados também é abordado no presente capítulo, bem como a apresentação e tratamento dos mesmos.

Neste encadeamento, no quarto capítulo apresenta-se um estudo comparativo entre a polícia Judiciária Militar e o modelo de Polícia Espanhola, em que ambas

apresentam um sistema de Justiça Militar distinto, mas encontram pontos em comum quanto à investigação de Crimes Estritamente Militares. É de certo, uma mais valia para o enriquecimento da temática em questão, pois permite uma melhor visão de como duas estruturas diferentes aplicam a sua competência de investigação criminal.

Por fim, como último reduto, reflete-se na conclusão os principais pontos abordados ao longo da dissertação. Que perspetivas foram tidas em conta e a que fundamentos se conseguiu alcançar quanto à pergunta principal de toda a dissertação. Expondo-se por certo as mais valias e limitações que se foi vivenciando no decorrer de todo o estudo.

De forma a uma possível consulta da bibliografia utilizada, encontram-se disponibilizadas as referências dos livros dos autores, a legislação, revistas da especialidade e sites acedidos. As últimas folhas dedicam-se à consulta de alguns anexos, quadros e gráficos, necessários no decorrer da leitura da presente dissertação.

## **§ 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO - DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR**

### **1.1 Das Origens da Polícia Judiciária Militar**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e refletir a origem e progresso da PJM em Portugal tendo como pano de fundo o regime vigente.

É indiscutível que no século XXI não seja necessário existirem normas ou um agente que as incube fazer cumprir. Conseguir aplicar e nortear a lei em meio castrense mostra-se uma tarefa árdua e exigente, em virtude de permanecer a ordem e a disciplina.

Será que faz sentido no meio castrense existir um agente regulador de normas? Que pode intervir quando a norma não é cumprida?

De forma a dar fundamento devido a estas questões, existe a necessidade de recuar no tempo.

A progressiva evolução da sociedade, acarretou consigo diferentes formas de aplicação da Justiça em meio militar. O poder de executar justiça esteve sempre na posse de quem detivesse mais estatuto.

As primeiras alusões remontam a 2040 a. C. na Mesopotâmia com o surgimento do código de Ur-Nammu, na Suméria e posteriormente com o código de Hammurabi na Babilónia em 1772 a. C.

A apropriação do poder com o estatuto, atravessou fronteiras atuando ao mesmo tempo em diferentes zonas do mundo, e nesta altura, o poder passava pelos reis, juízes, sacerdotes e chefes militares. Passou pelos gregos e romanos, onde se desencadeou um grande desenvolvimento do direito em geral, em que o direito castrense autonomizou-se no reinado Diocleciano. Com a primeira Dinastia em Portugal associaram-se as primeiras normas de disciplina e Justiça Militar.

Ao longo de milénios a sociedade foi avançando, e adaptando-se às mudanças. Em 1279 d.C. verificaram-se mudanças mais acentuadas no reinado de D. Dinis com o primeiro Regimento de Milícia, onde conjuntamente com a orgânica e técnicas militares, surgem detalhes sobre a Justiça Militar. Posteriormente, oficiais portugueses integram-se nos tercios espanhóis, adquirindo conhecimentos que se refletiam na disciplina e no direito militar. Mas é só em

1640 que a autonomia do direito penal militar em Portugal é alcançada, quando D. João IV instituiu o Conselho de Guerra tendo atribuições de gestão, logística e jurisdicionais. Funcionava como Tribunal de Primeira Instância para as tropas da corte, e de recurso para as da província. Neste período a pena de morte em Portugal tinha sido abolida.

Em 1643, misturava normas materiais e de procedimentos. Tipificou o conjunto de Crimes Materialmente Militares. Estipulou diversas normas aplicáveis, exclusivamente aos militares, assumindo assim, marcadamente o foro pessoal. A partir de 1762, o notável militar, Conde de Lippe, esteve ao serviço do exército português onde posteriormente veio a comandar a Guerra dos Sete Anos, destacando-se pelo seu exemplar contributo na administração e organização a nível militar.

Segundo Souza “discorrendo sobre as primeiras medidas tomadas pelo Conde de Lippe para organizar o exército português, afirma: Tal era o estado do exército português à época [...], que o Conde as primeiras medidas que tomou, foi exigir que fossem pagos pres em atraso (os soldados tinham que mendigar, roubar e matar, para não morrerem á fome), que fossem fornecidos uniformes em bom estado (pois andavam rotos e descalços), e aquartelamentos condignos (costumavam dormir onde calhava), pois achava que estas eram as condições mínimas para conseguir disciplinar os soldados, que lhe pareciam tão bons como os melhores, se tivessem as mínimas condições para uma vida com dignidade” (Souza, 1997, p.251-252).

Em 1790, foi conferido ao Conselho de Guerra a faculdade de atenuar, sem qualquer limite as penas aplicadas pelos tribunais de Primeira Instância. Em 1809, foram diminuídas as penas para os desertores. E é a partir de 1802 que se deu início aos diversos Códigos de Justiça Militar, caindo estes por terra, sem qualquer sucesso.

Em 1867 começou-se por abolir a pena de morte em Portugal para alguns tipos de crimes, mas é com a Implantação da República, a 5 de outubro de 1910, que se aboliu para todos os tipos de crimes, inclusive para os crimes militares.

No ano de 1875, começa-se por se dar um grande avanço devido à existência de um Código de Justiça Militar, com a definição dos Crimes Meramente Militares

e de Crimes Militares, sendo estes crimes comuns cometidos por militares. Estipulou-se que os tribunais militares tinham competência para conhecer os crimes ou delitos de qualquer natureza, sendo estes perpetrados por militares ou outras pessoas pertencentes ao efeito. Consagra-se o princípio do foro pessoal. Neste seguimento, em 1886, dá-se a publicação do Código Penal Comum. Posteriormente em 1895, o Código de Justiça Militar, em que esclarecia os Crimes Essencialmente Militares, definindo-se por violarem deveres exclusivamente militares ou ofenderem a segurança e disciplina do exército. Os Crimes Militares, consistiam em crimes comuns quando praticados por militares. Neste encadeamento D. Carlos, no ano de 1896, vem a aprovar o Código de Justiça Militar (CJM) do ano anterior.

Até então prevalecia a inexistência de um Órgão de Polícia Judiciária Militar, que se denominasse por esse nome. As atribuições de Polícia Judiciária Militar, que se verificam no Artigo 252º do CJM de 1925, eram exercidas nos diferentes ramos das Forças Armadas por comandantes, diretores, chefes militares, auditores dos tribunais militares, agentes de polícia judiciária (comum), oficiais, por diretores da PSP (Polícia de Segurança Pública) e da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado Português). Neste caso os processos que foram ordenados iniciar por qualquer das referidas autoridades, decorriam nas diversas unidades e estabelecimentos militares. Estes eram instruídos pelos agentes da PJM<sup>1</sup>. Quanto aos agentes cabia-lhes a instrução da fase processual denominada por “Corpo de Delito”. A competência dos Tribunais Militares também era de instrução da fase processual, denominada por “Sumário de Culpa”.

Em virtude dos fatos mencionados, e de uma análise mais profunda do processo penal militar, entende-se que este era até então, moroso e ineficiente. Os agentes não careciam de preparação para instruir o “Corpo de Delito”. A recolha da prova era deficitária, incompleta e morosa, sendo mais tarde concluída ou recolhida na fase de “Sumário de Culpa”, em Tribunal Militar. No entanto, o cariz

---

<sup>1</sup> Polícia Judiciária Militar.

disciplinar de todo o processo coube ser aplicado por força da intervenção das autoridades militares.

As mudanças iam sucedendo, e o poder ideológico<sup>2</sup> do Estado mostra-se capaz de criar um Serviço de Polícia Judiciária Militar (SPJM) em 1975 como uma Autoridade Judiciária na dependência do Concelho da Revolução, do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas<sup>3</sup>. Tem origem a criação da Região Militar de Lisboa, a Região Militar do Sul, o Comando Territorial da Madeira, o Comando Territorial dos Açores e do Porto, (abrangida na Região Militar do Norte e Região Militar do Centro). A investigação ficou a cargo do Diretor e Subdiretor. O regulamento e os prazos referentes à prisão foram alterados. Os detidos começaram a ter que ser apresentados ao Juiz de Instrução Criminal dentro das quarenta e oito horas seguintes. Quanto às buscas domiciliárias, estarão sempre dependentes de um mandato de um Juiz, e o arguido passou a ter mais garantias em relação à sua defesa.

Com a saída do Decreto-Lei 285/76 de 21 de abril, acentua-se a investigação feita pelo SPJM, sob a orientação do Diretor da mesma. Destinando-se esta à descoberta de indícios de crime. Quando se dava o término da investigação o processo era enviado ao chefe da delegação, tendo este a autoridade de mandar arquivar ou encaminha-lo para a instrução. Quando havia lugar à instrução, cabia ao SPJM, sob a direção do Juiz de Instrução. Aqui aplicavam-se as regras do “Corpo de Delito” e do “Sumário de Culpa”. Sendo que o Juiz podia delegar nos agentes do SPJM, com a exclusão do interrogatório e das buscas domiciliárias. Por fim, o Juiz fazia uma exposição final e o processo era enviado SPJM, em que este o remetia à Autoridade Judiciária da Região Militar, expedido posteriormente ao Supremo Tribunal Militar para o seu julgamento.

Neste mesmo ano, vigorava novamente o Regulamento de Disciplina Militar, em que se unificou no mesmo regime punitivo o Oficial e o Sargento. Consagrou-se

---

<sup>2</sup> Na perspetiva de Bobbio (1996, p.11), “sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder económico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder económico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante)”.

<sup>3</sup> Decreto-Lei nº 520/75 de 23 setembro.

o Princípio do Contraditório<sup>4</sup>, reafirmou-se o Princípio do Recurso Hierárquico, a queixa, e regulou-se o recurso contencioso, aplicando-se ao pessoal civil das Forças Armadas.

Em 1976 aquando a aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP), a Justiça Militar (JM) é estruturada em novos moldes.

Em 1977, o SPJM passou a instruir a fase de “Corpo de Delito” e do “Sumário de Culpa”. Compreendendo aqui o processo criminal militar, a instrução com o objetivo da recolha de indícios do crime e de seu autor, em que a sua direção cabia ao Juiz de Instrução Criminal Militar, e o encerramento competia às autoridades militares. Na acusação e defesa, o objetivo passava pela dedução da acusação e a sua legitimidade pelo promotor de justiça. O julgamento pelos tribunais da instância competente.

Conhecer a história da PJM é *per si* uma luta de conquistas, de uma identidade militar que tem vindo a prevalecer até ao presente. Presente esse, em que se tem colocado questões relativas à sua existência. As mudanças que se vêm a verificar na sociedade moderna com evolução do Estado, estão diretamente ligadas ao questionamento da PJM. Uma vez que as alterações acarretam consigo um processo de mudança, de adaptação a um conjunto de processos sociais, passíveis de globalizações. Segundo Gomes Canotilho (2002), as tarefas globais não dispensam o contributo das organizações estatais. Sendo assim um contributo para essa mudança.

Neste seguimento, começa-se por aperfeiçoar as técnicas investigatórias, uniformiza-se procedimentos, e dá-se início a uma investigação processual militar de âmbito nacional. A sua função passava principalmente pela investigação de crimes de foro militar e instrução dos respetivos processos. Surge como a Autoridade Judiciária Militar exercendo a totalidade das atribuições de Polícia Judiciária Militar, sendo-lhe cometida a investigação e instrução dos Crimes Essencialmente Militares.

---

<sup>4</sup> Constituição da República Portuguesa. (1976). Artigo 32º. p.10.



Em 1987, tornou-se fundamental poder determinar a sua simbologia e heráldica. A criação de um brasão como símbolo de identidade tem consigo a divisa do SPJM, “Justos e Tenazes”.

É no ano de 1993 que passa à dependência do Ministro da Defesa Nacional com a designação de Polícia Judiciária Militar (PJM).

Finalmente se chega ao ponto crucial na história, em que se passa a ter uma Polícia Judiciária no meio castrense com a sua identidade definida. As suas funções iniciam-se ao serviço do meio militar, com a defesa da legalidade democrática, garante da segurança interna e dos direitos dos cidadãos.

A função de investigação dos crimes que são cometidos no interior de unidades e estabelecimentos militares e dos crimes que se encontram fora das unidades e estabelecimentos militares, mas que são cometidos por militares são da responsabilidade da PJM.

E é, até ao presente que chegamos, em que a PJM, se apresenta com uma sede, localizando-se ao lado do Estado-Maior-General das Forças Armadas, em edifício próprio.

Na sua estrutura orgânica, tem como autoridade, o Diretor Geral, tendo na sua dependência o Apoio Jurídico. Divide-se seguidamente pela Unidade de Investigação Criminal (UIC), que tem agregadas as equipas de Investigação Criminal.

A Unidade de Apoio Técnico e Administração (UATA), envolve o Apoio Direto à Investigação Criminal, que ao qual faz parte o Laboratório de Polícia Técnico-Científica (LPTC), a secção de Processos, a secção de Informação Criminal, a Perícia Financeira e Contabilidade, e a Perícia Informática. O Apoio Técnico tem a secção do Planeamento, Formação e Segurança. A secção de Informática, Transportes e o Apoio Geral. Na divisão de Recursos Humanos, existe a secção de Pessoal, a Secretaria Geral, o Gabinete de Apoio à Direção e a Biblioteca. Os Recursos Financeiros abrangem a Contabilidade, os Vencimentos, a Tesouraria, as Aquisições e o Património. De forma a uma melhor perceção da sua organização e estrutura orgânica, pode-se visualizar o esquema dos anexos 1 e 2.

## 1.2 Dimensão Simbólica

“Num futuro de tão difícil definição, a única certeza que nos resta é poder afirmar que as estratégias militares que forem adoptadas terão de continuar a ser executadas por homens e mulheres que assumem a condição militar” (Espírito Santo, 2002, p.95).

A condição de militar, apresenta-se por ser uma identidade inerente ao militar. A ele cabe servir o país, estar enraizado em valores, como a honra, a obediência, camaradagem, sentido de missão e serviço. A disciplina é essencial ao sucesso de qualquer missão ou atividade investigativa, dá sentido à norma.

Os valores pelos quais se fazem reger os militares, acabam por fazer parte da criação da identidade militar de cada um. O sentimento de pertença advém, do espírito criado em camaradagem, mas também, na utilização do brasão e divisa que possui a PJM. O simbolismo do meio militar, faz parte de toda a identidade e contribui para o sentimento de pertença dos indivíduos.

A necessidade de uma nova renovação em 2019 da simbologia associada à PJM, deveu-se ao facto de a mesma querer acompanhar a mudança social.

A sociedade militar em que a PJM se encontra introduzida, caracteriza-se por ser um meio restrito, onde impera a disciplina. Os símbolos também são vistos como um agregador de normas ou valores de determinadas sociedades, como é o caso da militar.

Presentemente a sua identificação faz-se através de um novo símbolo, o brasão. Segundo a (Portaria nº 396, 2019, p.6) vem conferir através do Ministro da Defesa Nacional os brasões, guião e galhardete. Podem ser utilizados em lugares de honra, em edifícios públicos, no papel da correspondência, em medalhas, placas comemorativas e em outros objetos de idêntica natureza. Pode-se verificar a representação do brasão de armas da PJM no anexo 3, “Escudo de azul com uma aspa de ouro, carregada com cinco estrelas de seis pontas de azul. Entre os braços de aspa, quatro espadas de ouro abatidas, uma em chefe, uma em ponta e duas nos flancos; Virol de ouro e azul; Timbre: um dragão de ouro, armado e lampassado de vermelho, segurando na dextra uma vara de meirinho e prata; Divisa: listel de prata dourado, sotoposto ao escudo,

com legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «JUSTUM ET TENACEM».” O brasão de armas do Diretor-Geral, pode-se ver no anexo 4. Faz-se representar de “Escudo azul com uma aspa de ouro, carregadas com cinco estrelas de seis pontas de azul. Entre os braços da aspa, quatro espadas de ouro abatidas, uma em chefe, uma em ponta e duas nos flancos; Elmo militar de prata, forrado de vermelho, virado de três quartos para a dextra; Paquife e virol de ouro e azul; Correia de vermelho, segurando na dextra uma vara de meirinho de prata; Divisa: listel de parta ondulado, sotoposto ao escudo, com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «JUSTUM ET TENACEM».”

Em virtude do que foi exposto, Bourdieu<sup>5</sup>, vem referir que os símbolos são instrumentos de integração social. São considerados instrumentos de conhecimento e de comunicação, que permitem que se atribua um *consensus* ao sentido do mundo em sociedade. Vem dar um sentido social permitindo que exista uma integração, e com a mesma os indivíduos acabam por interagir.

A presente perspetiva, é um admirável exemplo do que ocorre dentro do meio militar em relação aos seus símbolos. A simbologia que se vem a atribuir ao brasão na mesma (portaria nº 396, 2019, p.7), “ O dragão com a vara de meirinho, que alude à fidelidade da PJM à missão que lhe está legalmente confiada (...) a estrela de seis pontas é um elemento associado às forças e serviços de segurança, considerada guia para a ação e repositório de nobreza, cujo número e disposição estabelece a ligação com as cinco quinas que constituem o símbolo do MDN, (...) as quatro espadas abatidas também representam a virtude, a bravura e o poder, assim como a separação entre o bem e o mal, na persecução da justiça, consubstanciando, desta forma, o contributo firme da PJM na preservação do carácter imparcial da justiça nos três ramos das Forças Armadas e na Guarda Nacional Republicana. As cores predominantes são o ouro, representado pela cor amarela, simbolizando a nobreza, o poder, a generosidade, luz e elevação da mente, e o azul, associada ao zelo, lealdade, caridade, justiça e verdade. No listel sotoposto, inscreveu-se o lema da PJM — «JUSTUM ET TENACEM» —”.

---

<sup>5</sup> Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa, Portugal: DIFEL. p.9.

Tendo em consideração todos os aspetos que se tem vindo a apontar, tornou-se necessário aprofundar cada vez mais o questionamento sobre esta polícia, uma vez que a procura de informação é essencial para se conseguir encontrar respostas assertivas. Daí o caminho que se percorreu pelo princípio da sua organização e estruturação, tentando compreender a importância das suas raízes na instituição, revelando-se fundamental para a sua identidade.

Em virtude do cenário apresentado, torna-se indispensável tomar conhecimento sobre o objeto empírico que se pretende analisar: que é a Polícia Judiciária Militar, tendo em conta a sua dimensão específica e simbólica de que esta se faz representar. Será através das perspetivas dos indivíduos que acompanham, aplicam e vivenciam a realidade da condição militar que se pretende investigar. Sendo eles, os investigadores criminais e peritos da polícia técnico-científica da PJM, os magistrados do Ministério Público e os militares dos ramos das Forças Armadas e G.N.R.

A presente investigação irá inserir-se na área das ciências sociais, na temática das polícias, mais especificamente em contexto militar, do Sistema de Justiça Militar Português. Como tema “Da Polícia Judiciária Militar: Contributos para uma análise do regime vigente” em que o problema de investigação é aferir, se “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?”.

Uma vez que a Polícia Judiciária Militar não apresenta investigações nesta área, constatou-se existir alguma dificuldade quanto à procura de bibliografia, que, no entanto, após alguma insistência por parte do investigador se conseguiu coletar. De entre alguns autores, que se focaram neste campo de ação, desenvolveram-se diversas perspetivas que irão ao encontro com o tema em questão. Serão decerto um valor acrescentado na investigação.

### **1.3 Definição de conceitos**

Muito se tem discutido, no presente, em todo o progresso social e como a especificidade e a distinta criminalidade se tem apresentado pelo mundo fora. Também em Portugal se tem verificado o mesmo, e desta forma quer-se que

tenhamos uma polícia capacitada e especializada na sua forma de atuação em contexto militar, uma vez que os crimes se apresentam com uma natureza muito própria.

Na presente página e nas seguintes foi tomada a liberdade de se expor conceitos do que se entende por polícia e a sua função. Em Portugal, estudada por alguns autores, entre os quais se destacam juristas e antropólogos.

Daqui se depreende a perspetiva dos diferentes autores, que se tornam por fim, uma mais valia para a presente dissertação, em virtude de existirem vários pontos de vista sobre o mesmo tema.

Neste sentido, Manuel Valente vem referir que “A polícia carrega, em si mesma, a marca da norma não só geral e abstracta (social), como também dotada de imperatividade e de coercibilidade (jurídica).” (Valente, 2014, p.13).

Já a Constituição da República Portuguesa (CRP) também esclarece o conceito à luz do Art. 272º, referindo que, “1 - A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.” (CRP, 2017, p.97).

É de fundamental importância perceber que a Polícia está para o Estado como a Justiça para o Direito.

Qual o fundamento para que não exista uma Polícia Judiciária Militar?

De forma a desenvolver o conceito de polícia, procurou-se investigar mais a fundo, de forma a chegar ao conceito da polícia em questão.

José Fontes, vem referir que “A Polícia Judiciária Militar é uma estrutura que funciona no âmbito do Ministério da Defesa Nacional e exerce a sua competência no domínio da investigação criminal, sendo, por isso, um corpo superior de polícia criminal que auxilia na administração da justiça; tem uma organização hierárquica e depende do Ministro da Defesa Nacional; cabe-lhe, nos termos da lei, a investigação dos crimes estritamente militares, tendo competência própria e reservada para a investigação de crimes praticados dentro de unidades, estabelecimentos e outras estruturas orgânicas de natureza militar” (Fontes, citado em Branco, 2000, p.134).

Os presentes autores expõem em comum uma abordagem humanística onde prevalece os direitos, liberdades e garantias do ser humano. Desse modo,

continuando com a pesquisa em legislação, consegue-se encontrar na Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar, o que alguns autores já referiram “1 - A Polícia Judiciária Militar é um corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Defesa Nacional e fiscalizado nos termos da lei. 2 - A Polícia Judiciária Militar é dotada de autonomia administrativa.” (Decreto-Lei, Art.1º - Nº 200/2001, de 13 de julho - LOPJM, p.4357).

Levando-se em consideração o aspeto de que esta temática está revestida de alguma ambiguidade, e uma vez que se verifica num meio pouco observável e de conhecimento reduzido da maioria da sociedade civil, é pertinente abordar também o conceito de Justiça Militar.

Nesta perspetiva, Vítor Gil Prata, refere que “Falar-se de justiça militar é falar-se de uma organização judiciária própria, com tribunais e foros militares, autoridades judiciárias militares e autoridades e agentes de polícia judiciária militar, tal como é falar ainda de um direito penal militar com normas penais e processuais próprias ou especiais.” (Prata, 2017, p.782).

A Justiça Militar tem lhe inerente o conceito de Crimes Estritamente Militares, “Crime estritamente militar o facto lesivo de interesses militares da defesa nacional e dos demais que a Constituição comete às Forças Armadas e como tal qualificado pela lei” (CJM, 2004, p.34). O acontecimento que possa prejudicar o Estado ou os seus interesses de defesa do país não é remissível. Isto porque, a segurança interna do país está dependente do desempenho das Forças Armadas e de unidades militares como a PJM.

Para um melhor fundamento do conceito, é preciso ter em conta o que nos diz o Código de Justiça Militar, uma vez que se apresenta como um regulador de normas no presente contexto. Diz-nos que “É crime estritamente militar o facto típico, ilícito e culposos lesivos de interesses militares de defesa nacional e dos demais (...) Isto é, para que haja crime estritamente militar não basta que o facto lese interesses militares da defesa nacional e outros cometidos às Forças Armadas. É necessário, ademais, que a lei qualifique o facto como estritamente militar” (CJM, 2004, p.16).

“O código dedica-se aos crimes estritamente militares e tão só a esses. (...) O código não considera que os factos lesivos dos interesses militares da defesa nacional e dos demais que a Constituição comete às Forças Armadas possam ser só cometidos por militares. Por isso tanto prevê crimes estritamente militares comuns como específicos.” (CJM, 2004, p.17).

De uma forma mais abrangente, a investigação dos crimes, sejam eles civis ou militares, partem da mesma premissa de investigação e terminam da mesma forma. Apenas é variável na tipificação legal dos crimes e da sua pena que é sempre mais gravosa.

Manuel Valente fala-nos que “A investigação criminal é um processo de procura de indícios e de vestígios que indiquem, expliquem e façam compreender quem, como, quando, onde e porquê foi cometido o crime X (o quê). (...) A investigação criminal tem como fim último a realização do direito nas prossecuções de defesa da sociedade” (Valente, 2014, p.395).

Em conformidade com aquilo que aqui já foi referido, a investigação criminal de natureza Estritamente Militar, compete à PJM. Pode-se verificar esta noção na Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar, “1 - É da competência específica da Polícia Judiciária Militar a investigação dos crimes estritamente militares. 2 - A Polícia Judiciária Militar tem ainda competência reservada para a investigação de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares.” (Decreto-Lei, Artigo 5º Nº 200/2001, de 13 de julho - LOPJM, pp.1-2).

Encontra-se também na Lei Orgânica de Investigação Criminal quanto à competência específica em matéria de investigação criminal, “1. A atribuição de competência obedece aos princípios da especialização e racionalização na afectação dos recursos disponíveis para a investigação criminal.” (LOIC, Lei nº 49/2008, de 27 de agosto, p.2)

Quem apresenta ter um papel preponderante face aos crimes e às ameaças são as Forças Armadas que garantem a segurança e estabilidade do país.

O autor Pedro Sousa refere neste sentido, que “A Defesa Nacional deve de ser entendida como uma das causas existenciais do Estado (...) atualmente, os valores fundamentais que enformam as Forças Armadas são os mesmos que

enformam o Estado Português e que estão vertidos, consagrados e consignados na Constituição da República Portuguesa, não podendo ser outros” (Sousa, 2008).

Pressupõe-se assim, considerar as teorias de extremo interesse para o quadro teórico português referente às polícias, especialmente a PJM, em que se insere na área da Criminologia e Investigação Criminal.

Para além do plano teórico, o plano empírico tem a sua importância uma vez que a verificação do papel da PJM é explorada na prática, através de observações da realidade, de experiências e de conhecimentos aprendidos pela leitura e realização de entrevistas.

Mostra-se em ser um tema com alguma pertinência, uma vez que o meio militar se verifica em diferentes sociedades, nomeadamente em Portugal, um país que tenta manter presente as suas raízes e identidade militar. No entanto, este tema está revestido de alguma ambiguidade, uma vez que se verifica num meio pouco observável e pouco conhecido da maioria da sociedade.

Os elementos que irão intervir com maior extensão neste trabalho são de ordem social e jurídica, que têm como construtos a PJM, e como variáveis, a realidade militar e o crime militar. Faz sentido deixar aqui explícitas algumas das teorias que foram pesquisadas.

#### **1.4 Teorias de base**

Como base de apoio desta dissertação fará parte o Direito Policial e mais especificamente o Direito Militar. Neste sentido foram realizadas leituras de forma a expor algumas ideias e pensamentos de alguns dos autores principais, de forma a permitir um melhor conhecimento teórico da temática.

As polícias em Portugal têm sido estudadas por diferentes áreas, de entre as quais, o Direito e a Antropologia. As suas perspetivas irão permitir conceder diferentes pontos de vista do tema, sendo, no entanto, comuns entre eles em determinados aspetos, como é o caso do sentido humanista que todos eles preconizam.



O Direito Policial entra neste sentido, de forma a esclarecer a existência da PJM e das suas atribuições. O que era do Direito Policial se não pudesse justificar a existência de determinada Polícia? E o Estado? Como ficaria se umas das suas tarefas fundamentais não conseguissem ser cumpridas?

O autor Manuel Valente, foca bem estes aspetos que se pretendem tratar, exemplo disso, é quando refere que “A polícia, como atividade de defesa da liberdade democrática, de garantia da segurança interna e dos direitos do cidadão (...). Impõe-se um aprofundamento jurídico teórico-prático da actividade da polícia, que fundamente e justifique a necessidade de um corpo organizado dotado de *ius imperii* na prossecução de uma das tarefas fundamentais do Estado: defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais.” (Valente, 2014, pp.13-14).

Com uma perspetiva focada no Direito Militar, em que o qual será bastante importante para o entendimento da Justiça Penal Militar, também da condição e da disciplina no meio castrense, o presente autor vem conceder uma perceção do elemento principal de toda a investigação, a PJM.

José Fontes, refere que “A Polícia Judiciária Militar tem por missão coadjuvar as autoridades judiciais na investigação criminal, desenvolver e promover as ações de prevenção e de investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes.” (Fontes, citado em Branco, 2000, p.134).

Ainda numa perspetiva do Direito Militar, Vítor Gil Prata, vem expor a relevância da Justiça Militar ressaltando que, “A justiça penal militar é direito penal especial porque tutela bens jurídicos especiais (...). Assim, a PJM investiga os crimes estritamente militares que tutelam uma espécie de bens jurídicos: os interesses militares da defesa nacional” (Prata, 2012, p.5).

Quanto ao Código de Justiça Militar, vai revelar-se bastante determinante para o êxito da investigação. O CJM deixou de entender o crime de natureza militar como uma infração violadora do dever militar, qualificando apenas os factos lesivos da Defesa Nacional.

Sendo a PJM uma polícia de competência específica em matéria de investigação criminal, torna-se essencial ter um bom conhecimento nessa matéria.

Retomando ao Direito Policial, Manuel Valente, vem clarificar que “A investigação criminal permite (ajuda) que o processo penal promova a aplicação da lei penal ao caso concreto, promovendo deste modo a sua “cristalização definitiva”, saindo da sua redoma abstracta para uma aplicação material e concreta” (Valente, 2014, p.399).

A Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar e o Código de Processo Penal também deixam bem patentes a perspetiva jurídica quanto à investigação criminal. A LOPJM vem referir que “1 - É de competência específica da PJM a investigação dos crimes estritamente militares. 2 - A PJM tem ainda competência reservada para a investigação de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares, sem prejuízo da possibilidade de se aplicar ao caso o procedimento previsto no nº 3 do artigo 8º da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.” (LOPJM, artigo 4º, Lei nº 97 - A/2009 de 3 de setembro, p.5890).

Nesta matéria, a perspetiva da LOIC, “1 - A direcção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo. 2 - A autoridade judiciária é assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal. 3 - Os órgãos de polícia criminal, logo que tomem conhecimento de qualquer crime, comunicam o facto ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias (...) praticar actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova. 4 - Os órgãos de polícia criminal actuam sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.” (CPP, 2015, p.6038).

Do ponto de vista do autor Pedro Sousa, as Forças Armadas e o Direito Penal Militar Português estão emparelhados. Não obstante “a doutrina jurídico-penal portuguesa não lhe tem dedicado uma atenção muito significativa, considerando que uma longa tradição de clausura da sociedade militar e dos seus valores em relação à sociedade civil, acrescida de uma certa estranheza das questões de ordem militar no ensino do Direito (...) atendendo ao facto que, actualmente, os valores fundamentais que enformam as Forças Armadas são os mesmos que enformam o Estado Português”. (Sousa, 2008).

Diante de toda esta exposição argumentativa de pensamentos de diversos autores, cabe-nos depreender que todos estes autores privilegiam abordagens

um pouco distintas, em que se encontram perspetivas e experiências de vida interessantes e bastante idênticas ao mesmo tempo. Todas elas tendem a convergir na sua essência de trabalho para a fidelidade com os direitos, liberdades e garantias do ser humano. Bem como para um sentido humanista de ver o mundo, as polícias e o meio militar. Serão estes mesmos valores que se irão manter durante toda a investigação e construção da dissertação.

É no sentido de evolução que se tornará necessário aprofundar melhor o conhecimento de todas estas teorias. Ressalva-se que será necessário construir um conceito mais social e amplo do que se entende pela Polícia Judiciária Militar, não se restringindo apenas ao conceito mais jurídico.

Como se ligam entre si as teorias sobre os conceitos que se tem vindo a abordar ao longo da dissertação? Como se consegue verificar se faz sentido nos dias de hoje a existência de uma PJM?

## § 2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO - DA JUSTIÇA MILITAR AO CJM

Ao olhar para a história da Justiça Militar em Portugal, podemos constatar que os alicerces de toda a estrutura militar têm vindo a assentar em princípios e em deveres que são fundamentais do Estado de Direito Democrático.

Em verdade, a Justiça Militar só começou a ganhar algum relevo quando se começou a julgar infrações disciplinares num tribunal criado para o efeito em 1640, o Conselho de Guerra<sup>6</sup>, funcionando como um Tribunal Superior. A partir deste momento o Direito Penal Militar tinha se dado a conhecer.

No passado, a Justiça Militar não se norteava pelos mesmos ditames do presente, pleno de certezas. O conhecimento que se tem, até este período, de como a mesma se fazia aplicar, apresenta-se como quase inexistente e incompleto. Acontece que a punição de delitos e a aplicação da disciplina militar já se fazia notar há alguns séculos atrás, altura marcada pelo foro pessoal.

É precisamente neste ponto, que se consegue observar a separação entre a sociedade civil e a militar. Por momentos, pode parecer muito ténue a delimitação entre os dois meios, mas é claramente esclarecedora quando o Direito Penal Militar tem de punir. É ao militar que está cometido servir o país, estando acima de todos os valores e bens jurídicos a que a sociedade civil designa por fundamentais. Deste modo, pode-se afirmar que o principal quesito no foro pessoal, é justamente a condição de ser militar, a qualidade do agente que praticou o crime e não a natureza do crime.

Conde de Lippe, veio a instituir Regulamentos de Disciplina para os militares, que abordava os direitos que possuíam e diferentes situações a que podiam estar sujeitos caso as suas condutas saíssem da norma.

Com a sua vinda, trouxe para permanecer o foro material em 1763. Assim sendo, os tribunais militares passaram a julgar crimes de natureza militar tanto a civis como militares.

---

<sup>6</sup>. Instituído pelo Rei D. João IV por Decreto de 11 de dezembro. Funcionava como Tribunal Superior. Anteriormente ao seu estabelecimento, oficiais portugueses integraram os *tércios* espanhóis adquirindo conhecimentos que se refletiram na disciplina e no Direito Militar.

Em 1875, nascia o primeiro Código de Justiça Militar em Portugal. A partir daí a Justiça Militar apresentava-se com o Tribunal de Segunda Instância.

Em virtude do presente panorama, é elementar definir o conceito “Justiça” à luz de várias perspetivas.

Para Beccaria (2007), muito naturalmente refere e faz a distinção entres várias justiças, mostrando que a que nos importa deverá ser a justiça humana, porque é aquela em que uma ação pode variar de sociedade para sociedade, mesmo assim a ação pode variar se for vantajosa e necessária à sociedade. Sendo que é na avaliação das relações que reside a natureza dessa justiça, pois é na ação humana que pode residir a mudança.

Ambas as perspetivas são válidas, no entanto a Justiça apesar de estar enraizada na liberdade individual de cada indivíduo, está intrinsecamente ligada ao Direito. Sem sentido de Justiça, pode-se afirmar que não há qualquer sentido de existência do Direito.

Na perspetiva de Prata (2012), que vai ao cerne da questão, mostrando o que se pode esperar da Justiça Militar tal como é na realidade. Pode-se afirmar que cada indivíduo se torna o responsável pela justiça em determinado grupo ou sociedade, uma vez que a Justiça advém da liberdade individual de cada pessoa. Só existirá um sentido de justiça válido em determinada sociedade se todos os indivíduos que estão inseridos nela forem autónomos física, psicologicamente e socialmente em determinado meio.

Ainda que seja importante falar de justiça, quer seja ela social, material, é necessário focarmo-nos na Justiça Militar que sempre se apresentou perseverante durante um longo período de tempo, resistindo às diversas mudanças de foro pessoal para material e assim inversamente.

Como se pode falar desta Justiça sem falar dos princípios e valores em que assenta? São os mesmos princípios e valores que muitas vezes são colocados em causa, dando lugar a sanções. Inequivocamente não se pode afastar a pena da disciplina militar. A disciplina é o foco, o meio pelo qual existe as Forças Armadas. Sem a mesma não prevalece os seus valores que são fundamentais para que exista uma “justa liberdade” ou uma liberdade individual, que vá ao encontro da Justiça coletiva.

Segundo Prata (2017), os valores de índole militar e a sanção dos comportamentos que possam colocar em causa a defesa do país e as Forças Armadas (FA) não se deverão desvincular o direito criminal do direito disciplinar militar. É através da Justiça Militar que se pode punir criminalmente e disciplinarmente os comportamentos que coloquem em causa os valores ligados à defesa e segurança do país. Mas Prata, ainda vai mais longe dizendo que “Falar-se de justiça militar é falar-se de uma organização judiciária própria, com tribunais e foros militares, autoridades judiciárias militares e autoridades e agentes de polícia judiciária militar, tal como é falar ainda de um direito penal militar com normas penais e processuais próprias ou especiais.” (Prata, 2017, p.782).

A progressiva evolução da sociedade, acarretou consigo diferentes formas de aplicação da justiça em meio militar.

Salienta-se o ano de 1865 em que se publicou o primeiro Regulamento de Disciplina Militar (RDM), nascendo dez anos depois em 1875, o Código de Justiça Militar Português (CJM) para o Exército de Terra, predominando o foro pessoal.

Passaram-se anos sem que existisse mudanças significativas na Justiça Militar e a mesma acaba por ficar fragilizada. No entanto, em 1911, o CJM foi revogado e mais tarde restabeleceu-se com o foro material.

Posteriormente em 1925 o CJM<sup>7</sup> fora aprovado e empregou novamente o foro pessoal.

O tribunal de segunda instância passa a ter as rédeas da Justiça Militar. Pode-se diferenciar dois campos de aplicação da disciplina militar, o campo disciplinar e o criminal, completando-se um ao outro. No ano de 1976 a Constituição da República Portuguesa (CRP) ressaltou o CJM de 1925, no entanto, o mesmo teria de estar de acordo com o seu espírito e letra<sup>8</sup>. O foro pessoal é substituído pelo foro material, o que irá importar é o crime essencialmente militar e não a

---

<sup>7</sup> Decreto n.º 11.292/1925, de 26 de novembro.

<sup>8</sup> Canas, V., Pinto, A., & Leitão (2004). *Código de Justiça Militar*. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora P.8.

natureza do agente. A alteração passou também quanto a um crime mais em específico, o de deserção que ficou a ser de execução permanente.

Um ano depois seria publicado o CJM. No ano seguinte em 1977 o SPJM passou a designar-se Polícia Judiciária Militar (PJM) e ficou na dependência do Ministro da Defesa Nacional.

A revisão da CRP no ano 1997, veio renovar a estrutura da Justiça Militar portuguesa tomando novos contornos. Trouxe um novo CJM, avançou com extinção dos Tribunais Militares em tempo de paz, atuando só em tempo de guerra.

A noção de crime militar modificou-se. Reformou a organização judiciária, de forma a que o Ministério Público (MP) participasse na execução da política criminal e que exercesse a sua ação penal, sempre norteado pelo princípio da legalidade<sup>9</sup>, *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege*. A Lei Constitucional de 1/97 Artigo 143, nº 3, permitiu uma forma especial de assessoria junto do Ministério Público para Crimes Estritamente Militares.

Com um novo quadro penal militar, os tribunais que julguem crimes de índole militar deles fazem parte um ou mais Juízes Militares. A lei vem estabelecer formas especiais de assessoria junto do Ministério Público, nos casos dos Crimes Estritamente Militares. De forma a melhor entender a diferença da estrutura após a reestruturação da Justiça Militar, pode-se observar no anexo 7 a sua organização estrutural.

Quanto ao Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), é de fundamental importância também lhe fazer referência e mostrar as alterações mais significativas que sofreu a sua estrutura. É a este órgão do Ministério Público que é responsável pelo inquérito e por exercer a ação penal, sendo o mesmo também responsável por representar o MP junto do Tribunal de Instrução Criminal (TIC). No anexo 8, observa-se as diferentes estruturas na organização do DIAP.

A história afirma, que, no ano de 2003, é aprovado o CJM, segundo a Lei nº 100/2003 de 15 de novembro, entrando em vigor a 14 de setembro de 2004.

---

<sup>9</sup> Tem o seu fundamento na garantia dos direitos individuais do cidadão.

Encontra-se dividido pelo livro I e II. A parte geral “Dos Crimes”, é constituído pelos princípios gerais em que faz referência ao seu objetivo principal, que é a sua aplicação a Crimes Estritamente Militares. Por sua vez acaba por fazer referência a vários conceitos essenciais ao entendimento coerente do CJM. Todas as disposições do mesmo aplicam-se em Portugal e no estrangeiro.

Ao longo do segundo livro “Das Penas”, reflete as penas, o seu tipo, e que aplicação é dada a cada uma. Uma curiosidade sobre o presente código, é que este também se aplica aos militares da Guarda Nacional Republicana. Aquando a publicação do presente CJM<sup>10</sup> foram também publicados os estatutos dos Juízes Militares e seus respetivos assessores.

O Código Penal Português acabou nesta altura por excluir os Crimes Estritamente Militares, dando lugar a novos crimes relacionados com as missões, e estado de sítio.

No Direito Penal Militar, o Regulamento de Disciplina Militar deixou de vigorar situações de atenuação das penas, a suspensão de serviço e a prisão disciplinar. No entanto começou-se a verificar alguma independência relativamente ao campo criminal.

Por conseguinte, pode-se depreender que o Ministério Público ficou com a direção do inquérito a seu cargo. São seus assistentes os órgãos de Polícia Criminal. Nesta fase de processo, o encerramento do mesmo é feito pelo MP e também a acusação. A instrução orientada pelo Juiz de Instrução tendo o apoio dos órgãos de Polícia Criminal, neste caso a PJM. O arguido também faz parte deste processo, na medida em que é feita a veracidade dos factos pelo juiz, caso seja acusado. É da competência do assistente, caso não se verifique acusação. O conhecimento da realidade militar conduziu a que se constituísse um Código de Conduta Militar, de forma a dar uma solução justa aos olhos da lei, a comportamentos que saíssem fora da norma estabelecida. Pode-se afirmar, que, neste sentido o CJM é um regulador da norma, e é, por analogia o Código Penal Militar.

---

<sup>10</sup> Lei nº 100/2003, de 15 de novembro.



## **2.1 Do Crescimento da PJM como Corpo Superior de Polícia**

A partir desta altura, existe uma alteração de direção no caminho a que esta polícia se propõe alcançar. Percorridos cento e quarenta e cinco anos, desde a criação do CJM repensou-se na abolição dos tribunais militares em tempo de paz.

No ano de 2004, existia a necessidade e preocupação em definir o tipo de crimes a que esta polícia poderia efetivamente investigar no meio militar. Começou-se por definir o Crime Estritamente Militar (CEM) e a atribuição da competência específica e reservada à PJM na investigação desses crimes. Fica-lhe também atribuído o direito de investigação dos crimes comuns cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares.

Dando continuidade a esta linha cronológica, no ano de 2009 são aprovados o Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional. Consequentemente é estruturada a LOPJM<sup>11</sup>. Implementou-se o uso de distintivo, do cartão livre trânsito, do uso e porte de arma aos investigadores Criminais e peritos do Laboratório de Polícia Técnico-Científica. Pode-se dizer que o passado ficou para trás, e o caminho traçado a partir daqui, será norteado pelos valores que enformam as Forças Armadas Portuguesas no presente.

O seu estatuto, pode-se definir pela forma como se vê os princípios e as normas que o Estado quer passar e evidenciar. Fazem-se através dos militares e das polícias, sendo uma forma de conferir identidade à legislação. São eles a face e o meio para a exteriorização da identidade do país. Neste sentido, Valente vem referir que “A polícia carrega, em si mesma, a marca da norma não só geral e abstracta (social), como também dotada de imperatividade e de coercibilidade (jurídica).” (Valente, 2014, p.13).

A PJM, quanto à sua natureza, define-se como um “corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça, organizado hierarquicamente na dependência do membro do governo responsável pela área da defesa nacional

---

<sup>11</sup> Na Lei nº 97-A/2009 de 3 de setembro, pretendia-se aproximar os modelos da PJM e da PJ.

e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa.” (Lei 97-A/2009 de 3 de setembro p.1).

Neste ponto, torna-se importante ter presente o Decreto-Lei nº 200/2001, de 13 de julho, que ao qual deixa explícito, a necessária aproximação entre as polícias que detêm como função principal e exclusiva a investigação criminal. Sendo estes os dois únicos corpos superiores de polícia do país: a Polícia Judiciária Militar (PJM) e a Polícia Judiciária (PJ).

Considerando a sua situação funcional, revela-se como uma polícia de natureza judiciária, a que advém de uma função jurídica. “Estas polícias e a sua natureza têm um Direito próprio de orgânica e de funcionamento tático e técnico intrassistémico, que compreende o designado Direito da Polícia” (Valente, 2014, pp. 31-32).

Por outro lado, as normas reguladoras da atuação da polícia, recaem-se no Direito de Polícia. Pois é “aquele que confere legalidade e legitimidade às suas ações desenvolvidas para materialização da sua tarefa” (Valente, 2014, p.32).

Dado o exposto, faz sentido falar-se da missão e atribuições da PJM. Sendo esta uma forma de perceber de que valores se faz reger.

Passa fundamentalmente a sua missão por “coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação criminal, desenvolver e promover as ações de prevenção e investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.” (Decreto-Lei nº 200/2001 - Artigo 3º, de 13 de julho, p.4357).

Segundo o Artigo 3º alínea b), C) nº3 e nº4, do Decreto-Lei nº 200/2001 de 13 de julho, esta colaboração é referente em matéria criminal, a situações em que se tenha de deter um criminoso ou dissuadir quanto a crimes Estritamente Militares e comuns, estando desta forma em contato com outros OPCS e autoridades militares. Para se isto verificar, estes crimes terão de ter sido praticados dentro das unidades, estabelecimentos e órgãos militares. Quanto ao processo esta polícia atua sob a alçada da direção das autoridades judiciárias, dependendo destas o seu funcionamento. Não saindo prejudicada quanto à sua hierarquia e autonomia técnica e tática.

O acesso a informações faz-se de forma a poder identificar-se pessoas, a sua localização, vigilância, em situações onde se possam apurar a prática de Crimes Estritamente Militares, como crimes comuns no interior das unidades, estabelecimentos e órgãos militares. Se necessário recorre-se a todos os meios e técnicas de registo de som e de imagem.

As competências em matéria de investigação criminal desta unidade, recaem numa competência específica, em que passa pela investigação relativamente aos Crimes Estritamente Militares, e apresenta uma competência reservada para a investigação de crimes que sejam cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares. É dever e obrigação dos restantes OPCS comunicarem à PJM os crimes da sua competência.

Neste sentido, definem-se Autoridades de Polícia Criminal na PJM o diretor-geral, o subdiretor-geral, os diretores das unidades territoriais, os oficiais investigadores, bem como todos os investigadores e peritos de laboratório. Segundo a Lei 97-A/2009 de 3 de setembro, as autoridades de Polícia Criminal podem pedir a realização de perícias, exceto as psiquiátricas e as médico-legais, fazer revistas e buscas a todos os locais, tendo como exceção as domiciliárias, as que sejam em escritórios de advogados, em consultórios médicos e em meio hospitalar ou bancário.

Os valores pelos quais esta Polícia se faz reger, são cinco. Passam pelo cumprimento da lei, defendendo os direitos, liberdades e garantias dos indivíduos, assentando na legalidade. A relevância, tem de estar presente nas atividades desenvolvidas, pautadas por rigor, disponibilidade e pela defesa dos direitos, liberdades e garantias dos indivíduos. A inovação, sempre com o objetivo de melhorar, de aumentar o desempenho e conhecimentos. Trabalhar em equipa, também é um princípio fundamental para que exista um bom progresso no trabalho, um bom relacionamento e integração nas equipas.

Para autores, como Susana Durão, “a ideia do conjunto dos polícias como uma espécie de “comunidade profissional” transporta para o interior da organização uma noção tradicional de país com base na sua diversidade regional e geográfica” (Durão, 2011, p.10). O conjunto destes indivíduos, a diversidade de cultura de valores vem lhes conferir um sentido em comum.

E por último o valor ou princípio, que tem a transparência para com a Lei e princípios do Direito, fazendo chegar a informação necessária às entidades competentes. Tendo sempre em mente o bem comum, permitindo uma realização da justiça.

## **2.2 Organização e Estrutura Orgânica**

No presente, no que toca à sua organização e estrutura, a PJM, encontra-se organizada através de uma hierarquia. Sendo que está subordinada ao membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional, o Ministro da Defesa Nacional.

Considerado um serviço central com uma função administrativa, faz parte da administração direta do Estado. O princípio que se faz manifestar na relação entre a Polícia Judiciária Militar e o Estado, é um princípio de colaboração.

Quanto à sua direção, é feita por um diretor-geral. Conforme refere o Decreto-Lei nº 9/2012 de 18 de janeiro, compete-lhe dirigir, fazer a coordenação e orientar os órgãos e serviços desta polícia. A sua substituição é colmatada pela pessoa que detiver o cargo de direção intermédia de 1º grau.

Faz parte da sua organização interna, o diretor-geral, segue-se o subdiretor-geral, a Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, a 1ª Divisão de Investigação Criminal, em Lisboa. A 2ª Divisão de Investigação Criminal, no Porto, a Unidade de Apoio Técnico e Administração (UATA), dentro da UATA, inclui-se várias subunidades, como o Apoio Direto à Investigação Criminal, em que consta como sua secção o Laboratório de Polícia Técnico-científica. A secção dos Processos, da Informação Criminal, da Perícia Financeira e Contabilidade, e a Perícia Informática. Tem-se também a subunidade dos Recursos Humanos, com a secção do Pessoal, a Secretária-geral, o Gabinete de Apoio à Direção e Biblioteca. Como última subunidade, os Recursos Financeiros, com a secção da Contabilidade, dos Vencimentos, da Tesouraria, das Aquisições e do Património. Para uma melhor compreensão da sua organização pode-se observar os anexos 1 e 2.

Quanto à relação entre as duas unidades principais desta polícia, é uma relação de proximidade e de flexibilidade.

As equipas de investigação, tendo na sua base o Artigo 7º do Decreto-Lei nº 9/2012 de 18 de janeiro, fazem-se constituir por um oficial - investigador, um chefe de equipa e por outros investigadores. Podendo estes, serem oficiais ou sargentos.

Ao diretor, deverá de lhe ser transmitidas todas as informações que o possam manter informado destas atividades. Neste ponto é necessário também referir que a Lei de Organização de Investigação Criminal (Lei nº 49/2008, de 27 de agosto) tem a sua devida importância no âmbito das investigações realizadas, como é o caso da direção da investigação criminal (Artigo 2º da LOIC) ou o caso do Artigo 4º LOIC, quanto à competência específica em matéria de investigação criminal.

Os investigadores no exercício das suas funções, terão de realizar ações e diligências de prevenção e investigação criminal, em que efetuem os devidos atos processuais, fazendo vigilâncias, detenções ou capturas. Compete-lhes ainda a sua integração nas equipas de serviço de piquete e unidades de prevenção. Todas estas ações sob a orientação do chefe de equipa.

A investigação criminal, para Manuel Valente, “ tem como fim último a realização do direito nas prossecuções de defesa da sociedade, do coletivo, que tem o direito de viver em segurança e numa ordem social e internacional que lhe garanta a efectivação plena dos seus direitos e liberdades, ou seja, a realização dos fins e interesses da ordem jurídica” (Valente, 2014, p.398).

No âmbito do CPP, é de ter em conta o Artigo 92º quanto à nomeação de interprete. O Artigo 91º relativo ao juramento e compromisso das vítimas e dos peritos. O Artigo 273º no caso de mandado de comparência, notificação e detenção.

Da sua organização também faz parte a equipa do Laboratório de Polícia Técnico-Científica, em que se irá passar a abordar as suas funções no tópico seguinte.

Os efetivos que podem fazer parte da PJM, terão de pertencer às Forças Armadas ou a Guarda Nacional Republicana. A lei nº 9/2012 de 18 de janeiro,

refere ainda que, para os oficiais e sargentos acederem à condição de investigadores, é necessário serem aprovados no curso/formação de Investigadores. O Artigo 9º da mesma lei vem referir “ 2 - Podem ser nomeados para o desempenho dos cargos ou exercício de funções a que se refere o número anterior, militares dos quadros permanentes, nas situações de activo ou de reserva, na efectividade de serviço, e militares em regime de contracto e de voluntariado. 3 - Os militares do activo nomeados nos termos do número anterior, prestam serviço em comissão normal. 4 - As comissões dos militares nomeados nos termos dos números anteriores têm a duração de três anos, podendo ser renovadas por igual ou inferior período, por razões de investimento na formação e experiência profissional adquirida.” (Lei nº 9/2012 de 18 de janeiro, p. 2-3).

E por se falar nisso, Gomes Canotilho (2002), faz uma ressalva importante quanto à sua função em que a forma de se conseguir cumprir as tarefas, a segurança e defesa no país passa pelas organizações do Estado. Desta forma pode-se afirmar que a presente tese se insere num contexto policio-militar.

Do Código Penal, excluíram-se os Crimes Estritamente Militares, reduzindo-se o número de crimes de 153 para 81. Introduziu-se uma tipificação para novos crimes cometidos em estado de sítio, missões de apoio à paz ou em situações em que se apliquem as convenções de Genebra. Desencadeando-se assim, a integração do Código de Justiça Militar no Sistema Penal Português.

Quanto ao Regulamento de Disciplina Militar, deu-se o fim da possibilidade de agravamento ou atenuação de penas por parte da hierarquia. Também a perda durante o período de cumprimento das penas de suspensão de serviço e de prisão disciplinar, dos suplementos, subsídios e de dois terços dos vencimentos. Começou então, a existir autonomia e independência do procedimento disciplinar relativamente ao procedimento criminal, houve a inclusão de novos deveres, como o dever geral de tutela e a sujeição dos militares na reserva e reforma ao Regulamento de Disciplina Militar.

As fases de processo após 2004, revelam-se uma obrigatoriedade quanto ao Inquérito, encontra-se no Artigo nº 262 CPP. A direcção do mesmo cabe ao Ministério Público, assistido pelos Órgãos de Polícia Criminal (OPCS), a fase de encerramento pelo Ministério Público inclui o arquivamento (Artigo nº 277 CPP)

ou acusação (Artigo nº 283º CPP). A fase de instrução, considera-se facultativa (Artigo nº 286 CPP), sendo dirigida pelo Juiz de Instrução assistido pelos OPCS, (Artigo 288º CPP). A sua legitimidade é feita através do arguido, em caso de acusação (Artigo nº 287, nº 1, a) CPP) e pelo assistente, quando não é deduzida acusação (Artigo nº 287, nº1, b) CPP). Quanto ao encerramento, há a opção de despacho de não pronúncia, sendo passível de recurso, e o despacho de pronúncia, sujeito a julgamento. A fase do julgamento, tem como objeto a acusação ou a pronúncia. A competência do mesmo, reside no Juiz de Julgamento e o encerramento no acórdão coletivo, em que resulte a ausência de julgamento por tribunal singular.

A partir deste período, a organização judiciária militar divide-se por duas áreas, com a competência territorial na Primeira Divisão de Investigação Criminal de Lisboa e a Segunda Divisão de Investigação Criminal do Porto, podem-se observar no anexo 9.

Esta foi a evolução do passado da Justiça Militar portuguesa, passado esse que é importante na compreensão do presente e de um futuro muito próximo. A consciência da especificidade da condição militar, autonomizou o sistema penal militar, e o regime político mais aberto permitiu a tendência para o foro material e não pessoal.

### **2.3 Competência em matéria de Investigação Criminal**

As competências da PJM, segundo o Artigo 6º do Decreto-Lei n.º 9/2012, de 18 de janeiro, passam pela prevenção e investigação relativamente aos Crimes Estritamente Militares. Manter em funcionamento o serviço de piquete permanentemente. Contribuir com informações relevantes para a base de dados. Proceder à elaboração do plano de atividades, incluindo orçamento, relatórios, e restantes instrumentos que sejam necessários à sua gestão. Cabe-lhe neste sentido aplicar no terreno as suas funções da melhor forma possível desenvolvendo-as através das equipas de investigação.

A sua competência em matéria de investigação criminal, (Lei 97-A/2009, Artigo 4º de 3 de setembro) revela ser de competência específica, estando-lhe

destinada a investigação de Crimes Estritamente Militares (em razão de matéria específica), e de crimes comuns cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares (em razão do local). A competência para realizar perícias em organismos oficiais (exceto psiquiátricas, de personalidade e autópsias), bem como a detenção fora do flagrante delito (em caso de admissibilidade de prisão preventiva, quando haja receio de fuga).

As equipas de investigação, tendo na sua base o Artigo 7º do presente Decreto-  
- Lei nº 9/2012 de 18 de janeiro, fazem-se constituir por um oficial-investigador, um chefe de equipa, por outros investigadores. Está incumbido ao oficial investigador que seja chefe de equipa a chefia pessoal das diligências, planeando e fazendo a distribuição das tarefas pelos outros investigadores da sua equipa. Garantir e controlar os prazos relativamente aos processos, das ações e diligências e validação de relatórios. Colocar em prática a função de prevenção e investigação criminal que lhe sejam incumbidas pelo diretor da UIC. Ao diretor, deverá ser-lhe transmitida todas as informações, que o possam manter informado destas atividades. Aqui neste ponto, é necessário também não deixar de referir que a Lei de Organização de Investigação Criminal (Lei nº 49/2008, de 27 de agosto) tem a sua devida importância nos âmbitos das investigações realizadas como é o caso da direção da Investigação Criminal (Artigo 2º da LOIC) ou o caso do Artigo 4º LOIC, quanto à competência específica em matéria de investigação criminal.

Os investigadores no exercício das suas funções, terão de realizar ações e diligências de prevenção e investigação criminal, em que efetuem os devidos atos processuais. Fazendo vigilâncias, detenções ou capturas. Compete-lhes ainda a sua integração nas equipas de serviço de piquete e unidades de prevenção. Todas estas ações sob a orientação do chefe de equipa.

Quanto à investigação criminal, Valente vem referir que, “tem como fim último a realização do direito nas prossecuções de defesa da sociedade, do coletivo, que tem o direito de viver em segurança e numa ordem social e internacional que lhe garanta a efectivação plena dos seus direitos e liberdades, ou seja, a realização dos fins e interesses da ordem jurídica” (Valente, 2014, p.398).



No âmbito do CPP, é de ter em conta o Artigo 92º quanto à nomeação de interprete; o Artigo 91º relativo ao juramento e compromisso das vítimas e dos peritos; o artigo 273º no caso de mandado de comparência, notificação e detenção; em caso de detenção, *In dubio pro libertate*.

Nem só de investigadores se constitui a PJM. A equipa do Laboratório de Polícia Técnico-Científica tem a sua importância no desenvolvimento das investigações. Tem a capacidade para efetuar o exame ao local do crime, através de pesquisa, identificação, de documentação, da preservação, recolha e transporte de todo o tipo de vestígios.

As principais técnicas usadas para se proceder ao exame do local é a fotografia forense, o processamento com luzes forenses, como a localização de vestígios morfológicos ocultos. A recolha de impressões em 2 dimensões e 3 dimensões, como é o caso de impressões lofoscópicas, pegadas, marcas de pneumáticos e marcas de ferramentas. Também se procede à recolha de resíduos de disparo de armas de fogo. Apresenta-se assim com valências periciais na análise de vestígios lofoscópicos, balística e análise de marcas.

Todas as polícias requerem de estatuto próprio e esta não é exceção. Com a extinção do Serviço de Polícia Judiciária Militar, nasce a Polícia Judiciária Militar. A Lei nº 97-A/2009 de 3 de setembro, constitui-se como fonte imediata do Direito Policial.

Uma forma de se conferir identidade, é na Legislação, como é o caso da Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar, e todas as outras que confirmam as suas especificações.

A PJM quanto à sua natureza, conforme a Lei nº 97-A/2009 de 3 de setembro, no Artigo 2º, define-se por ser um Corpo Superior de Polícia Criminal, auxiliadora da administração da justiça. Detendo uma organização de nível hierárquico, que está dependente do Ministro da Defesa, sendo este o responsável da área da Defesa do país. Constitui-se como um serviço central da administração direta do Estado com autonomia administrativa.

Neste ponto, torna-se importante ter presente o Decreto-Lei nº 200/2001 de 13 de julho, que deixa explícito, a necessária aproximação entre as polícias, que detêm como função principal e exclusiva a Investigação Criminal. Sendo estes

os dois únicos Corpos Superiores de Polícia Judiciária do país: a Polícia Judiciária Militar (PJM) e a Polícia Judiciária (PJ).

Considerando a sua situação funcional, revela-se como uma polícia de natureza judiciária, que advém de uma função jurídica. “Estas polícias e a sua natureza têm um Direito próprio de orgânica e de funcionamento tático e técnico intrassistémico, que compreende o designado Direito da Polícia” (Valente, 2014, p.31-32).

Por outro lado, as normas reguladoras da atuação da polícia, recaem-se no Direito de Polícia. Pois é “aquele que confere legalidade e legitimidade às suas ações desenvolvidas para materialização da sua tarefa” (Valente, 2014, p.32).

## **2.4 Crime Estritamente Militar**

Em primeiro lugar, é necessário perceber o que é o conceito de Crime Estritamente Militar. A Constituição da República Portuguesa faz uso do conceito, de forma a demarcar determinados casos que vão a julgamento nos Tribunais Judiciais de composição mista, em que os Tribunais Militares julgam. Circunscreve também junto do Ministério Público o âmbito a que os assessores especiais intervêm. Outra figura que faz uso do conceito, é o legislador, na medida em que é necessário definir o âmbito material da Justiça Penal Militar. Sabendo o legislador que a dimensão do conceito é da responsabilidade da doutrina, apenas nos dá uma indicação formal do que é na sua perspetiva: “é crime estritamente militar o facto típico, ilícito e culposos lesivo de interesses militares da defesa nacional e dos demais que a Constituição comete às Forças Armadas como tal qualificado pela lei.” (Canas, Pinto, & Leitão, 2004, p. 34-36). Posteriormente ao ano de 1875, os crimes denominavam-se de Crimes Meramente Militares e também de Militares. Com o CJM do ano de 1875, tinham a designação de Crimes Essencialmente Militares e Acidentalmente Militares. Posteriormente em 1895 e 1925 falava-se em Crimes Essencialmente Militares e equiparáveis no ano 1976. No que se refere aos Crimes Essencialmente Militares, apenas existiam nas forças militares, tutelando os interesses da defesa nacional, em que colocavam em causa os princípios militares de alguns dos

ramos. Os Crimes Acidentalmente Militares eram considerados crimes comuns, mas quem os praticavam era os indivíduos militares.

Segundo o CJM, a “noção de crimes estritamente militares é a noção charneira de todo o edifício da justiça militar. Esta pode ser definida como a justiça dos crimes estritamente militares” (Canas, Pinto, & Leitão, 2004, p.9). Traz consigo uma intenção mais restritiva do que os Crimes Essencialmente Militares. Estes crimes são julgados quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra, sendo que para as situações de guerra terão de ser constituídos tribunais militares, mas para que isso aconteça o Presidente da República terá de o declarar. A situação de paz, mantém-se com os tribunais judiciais que integram um ou mais juízes militares. No entanto pode-se afirmar, segundo o CJM (2004), este conceito (estritamente) abarca bens jurídicos ou interesses que são destinados excecionalmente aos militares. Prevê que os crimes não sejam só cometidos por militares, dessa forma existem os “Crimes Estritamente Militares Comuns como Específicos”, assim sendo, consegue-se ainda diferenciar destes os “Crimes Específicos Impróprios” e “Crimes Específicos Próprios”.

Neste âmbito, a aplicação do Processo Penal Comum verifica-se junto do Processo Penal Militar, em que ambos partilham regras entre si. No entanto verifica-se com maior predominância as regras do Processo Penal Comum a juntarem-se ao Processo Penal Militar. Pode-se confirmar a evolução do Crime Estritamente Militar no gráfico 2. No entanto os Crimes Estritamente Militares apresentam-se com as condenações mais elevadas.

Neste âmbito, segundo o CJM (2004), considera-se Crime Estritamente Militar comum, os crimes: traição (art.25º); inteligências com o estrangeiro para constranger o Estado Português (art.30º); violação do segredo de Estado (art.33º); espionagem (art.34º); revelação de segredos (art.35º); corrupção ativa (art.37º, nº1); aliciamento de Forças Armadas ou de outras forças militares (art.39º); crimes de guerra por ataque a instalações ou pessoal de assistência sanitária (art.44º, nº3 e nº4); crimes contra feridos ou prisioneiros de guerra (art.45º, nº2), ofensas a sentinela (art.68º); atos que prejudiquem a circulação ou a segurança (art.69º); entrada ou permanência ilegítimas (art.70º, nº3); mutilação para isenção de serviço militar (art.78º); dano em bens militares ou de interesse

militar (art.79º); comércio ilícito de material de guerra (art.82º); furto de material de guerra (art.83º), e roubo de material de guerra (art.84º).

No presente código, pode-se verificar crimes que não se consideram comuns, mas podem se considerar como quase comuns, uma vez que podem ser cometidos pelos cidadãos portugueses: é o caso do serviço militar em Forças Armadas inimigas (art.26º, nº1).

No caso seguinte, consideram-se Crimes Estritamente Militares uma vez que podem ser cidadãos portugueses, estrangeiros ou apátridas que residem ou estão de passagem em Portugal: favorecimento do inimigo (art.27º); prática de atos adequados a provocar guerra (art.29º); campanha contra o esforço de guerra (art.31º); incitamento à guerra (art.38º); crimes de guerra contra as pessoas (art.41º); crimes de guerra por utilização de métodos de guerra proibidos (art.42º); crimes de guerra contra o património (art.46º); utilização indevida de insígnias ou emblemas distintivos (art.47º).

Na sua maioria, os crimes são de cariz específico, cingindo os Militares em geral (art.4º); militares inimigos (art.70º, nº1); chefe militar (art.40º e 57º); o superior hierárquico (art.48º); oficiais de quarto (art.71º, nº4); os oficiais, sargentos e praças (art.74º); oficial prisioneiro de guerra (art.104º); oficial de graduação superior (art.37º, nº2); os membros da guarnição de navio de guerra (art.62º); corrupção passiva para a prática de ato ilícito (art.36º), pode ser agente deste crime, quem esteja ao serviço das Forças Armadas, G.N.R. e funcionários civis que trabalham nestes locais.

Quanto ao crime cometido pela generalidade dos militares: serviço militar em Forças Armadas inimigas (art.26º, nº2); serviços ilegítimos a Estados, forças ou organizações estrangeiras (art.32º); homicídio em aboletamento (art.50º); ofensas à integridade física em aboletamento (art.51º); roubo ou extorsão em aboletamento (art.53º); ofensas a parlamentar (art.54º); violação de salvaguarda (art.55º); extorsão por temor de guerra (art.56º); atos de cobardia (art.58º); falta de comparência em local determinado (art.65º); abandono de posto (art.66º); incumprimento dos deveres de serviço (art.67º); deserção (art.72º); extravio do material de guerra (art.81º); homicídio de superior (art.85º); insubordinação por ofensa à integridade física (art.86º); insubordinação por

desobediência (art.87º); insubordinação por prisão ilegal ou rigor ilegítimo (art.88);insubordinação por ameaças ou outras ofensas (art.89º); insubordinação coletiva (art.90º); homicídio de subordinado (art.92º); abuso de autoridade por ofensa à integridade física (art.93º); abuso de autoridade por outras ofensas (art.95º); abuso de autoridade por prisão ilegal (art.96º); assunção ou retenção ilegítimas de comando (art.98º); uso ilegítimo das armas (art.100º); ultraje à bandeira nacional ou outros símbolos (art.102º); evasão militar (art.103º).

Também se verificam crimes em que os agentes são pessoas que não exercem funções militares: como a entrada ou permanência ilegítimas (art.70º nº2).

Em outros casos, são crimes cometidos por cidadãos em que se encontram numa dada situação (art.76º); com a falta injustificada de fornecimentos (art.77º); com a perda, encalhe ou abandono de navio (art.105º); omissão de deveres por navio mercante (art.106º)<sup>12</sup>.

Constata-se que o Direito Penal Militar que estava em vigor no CJM de 1977, previa que o limite máximo de pena de prisão (28 anos) era de superior à pena de prisão apresentada pelo Código Penal Português (25 anos). Presentemente, os princípios enformadores do Direito Penal Militar, verificam-se também no Direito Penal Comum, em que acabam por se completar um ao outro.

---

<sup>12</sup> Canas, V. Pinto, A., & Leitão, A. (2004). *Código de Justiça Militar*. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora. pp.14-19.

### § 3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo do presente capítulo recai no esclarecimento do método aplicado. É por definição o guia de toda a caminhada, permitindo operacionalizar rigorosamente os passos que foram dados e todos os trilhos traçados.

Desta forma, faz sentido descrever o método utilizado na obtenção dos conhecimentos e como se procede a operacionalização do estudo. Determina-se o tipo de estudo, definem-se as variáveis e formula-se as hipóteses de investigação. Define-se a população e a sua amostra. Procede-se à escolha dos instrumentos para a recolha de dados, apresenta-se os mesmos e analisa-se.

“A metodologia também pode ser considerada um sistema de métodos, procedimentos e técnicas utilizadas para a realização de uma investigação. Assim, é uma condição necessária para que o trabalho científico tenha um determinado rumo, e que possa ser analisado de uma forma crítica por outros investigadores.” (Reis, 2018, p.76).

É o descomplicar do porquê e do como, dos caminhos que a dissertação tem estado a tomar. O investigador, sabe bem, o quão difícil é, por vezes, conseguir harmonizar todos os elementos de que dispõe para mostrar um resultado, esclarecedor e válido. Este processo de transformação de conhecimento, para além de enriquecedor para quem o realiza, pode também ter a sua complexidade e limitações.

A utilização do método científico, é o pilar fundamental de toda a presente estrutura, a dissertação. Sem o uso do mesmo, nenhuma teoria poderia ser testada, e deste modo, é necessário validar, melhorar ou construir uma nova teoria.

A investigação científica que foi realizada, em contexto militar, incidiu-se em dois níveis: o nível teórico, através de recolha bibliográfica, de forma a poder expor e comparar teorias e o nível empírico, onde se testam teorias e se dá lugar a outras. É aqui que se reflete os resultados de todo o trabalho.

### **3.1 Problematização da Pesquisa**

O objeto de estudo e as questões a que a dissertação se propôs responder, têm as suas raízes nas ciências sociais. Isto quer dizer que a sua abordagem passa por uma observação, seguidamente por uma análise cuidada e posteriormente por uma interpretação dos resultados.

Deste modo, faz sentido falar do objeto empírico, “Da Polícia Judiciária Militar: Contributos para uma análise do regime vigente”. Pretende-se refletir a importância da existência de uma Polícia Judiciária Militar nos dias de hoje. Os contributos analisados serão, não só as perspetivas dos principais intervenientes do meio militar, como os investigadores criminais, os peritos do Laboratório de Polícia Técnico-Científica, os militares dos diferentes ramos das Forças Armadas, G.N.R., Magistrados do Ministério Público, mas também a perspetiva de quem os observou e mergulhou numa análise às estruturas e meandros do regime vigente com o devido distanciamento.

Convém lembrar que foi necessário e pertinente conhecer a instituição PJM, as pessoas que na mesma desempenham funções. Perceber a importância de como desempenham e atuam nos seus cargos, quer seja dentro ou fora no terreno, tendo sempre na sua base o CJM e o seu papel no sistema de Justiça Militar. Tudo isto, só faz sentido e tem o seu propósito se estiver elencado ao Direito Militar e ao Direito Policial.

Para além de todo o nível teórico ser bastante relevante, o nível empírico também o é, uma vez que a pergunta de investigação se irá verificar também através das observações da realidade, de experiências e de conhecimentos apreendidos pelo inquérito por entrevista e trabalho de campo. Será uma busca pela verdade, por respostas e soluções, sendo o retrato do conhecimento científico e da presente dissertação.

O esclarecimento do problema e objetivo principal “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar? é o ímpeto para uma análise ao porquê e ao como, da necessidade de se verificar uma Polícia Judiciária em meio Militar à luz das diversas teorias, da legislação em vigor e dos dados recolhidos. Permitirá perceber a influência do Código de Justiça Militar na

execução das suas competências. Compreender a importância da PJM no sistema de Justiça Militar. Analisar a influência das suas competências nos ramos das Forças Armadas, de forma a chegar às suas limitações. E ainda, aferir-se a relevância do papel da PJM para os militares.

Pretende-se proporcionar novas abordagens, diferentes formas de ver a realidade e estrutura militar que a PJM enceta no sistema de Justiça Militar.

O contributo que se pretende deixar, vai além da mais óbvia participação social na disseminação de conhecimento do contexto militar à comunidade civil. Permitirá possivelmente, que se apliquem algumas ferramentas de futuro em determinadas ações geradoras de mudança. Indo de certo ao encontro das suas necessidades e ser promotora de uma aproximação à sociedade civil.

Os objetivos específicos que se encontram presentes, são essenciais à clarificação da problemática, indo ao encontro do desafio e do espírito de descoberta que tanto Quivy & Campenhoudt (1995) procuram transmitir:

1. Identificar o porquê da relevância de existir uma PJ em contexto militar e a sua importância para o Sistema de Justiça Militar;
2. Caracterizar a PJM à luz da legislação em vigor, da perceção dos profissionais que investigam e dos militares que nela cumprem o seu dever;
3. Compreender em que medida a PJM aplica a sua competência de Investigação Criminal, e que influência representa a presente polícia para os militares;
4. Explorar a relação do Código de Justiça Militar com a PJM, com o Sistema de Justiça Militar e com os Crimes Estritamente Militares;
5. Perceber como a dimensão simbólica se revela e interage no domínio da PJM.

Entendeu-se pertinente:

a) A análise de conteúdo bibliográfico na área, de documentos históricos, legislativos, artigos científicos, artigos de revistas, relatórios e trabalhos de



campo. É através da leitura de variadas fontes, que se consegue ter uma dimensão maior do que é o objeto de estudo. As largas horas dedicadas à análise de vários tipos de bibliografia, vieram a dar frutos, permitindo um melhor entendimento nomeadamente nas raízes desta polícia, dos conceitos e teorias.

b) Realizaram-se duas entrevistas exploratórias na fase de elaboração do projeto de investigação, a um investigador e um perito do Laboratório da Polícia Técnico-Científica da PJM. Apresentando-se com alguma relevância na clarificação de questões pertinentes ao seu desenvolvimento.

Já numa fase posterior, aquando o desenvolvimento da dissertação, realizou-se entrevistas semi-diretivas, presenciais, a investigadores, peritos e militares. As entrevistas diretivas foram feitas via correio eletrónico aos Magistrados do Ministério Público.

c) A observação participante na PJM e nas unidades militares das Forças Armadas, serviu como ferramenta na construção de explicações e teorias, podendo ser utilizada com outros instrumentos de recolha de dados permitindo adquirir conhecimento.<sup>13</sup>

A observação foi realizada na qualidade de investigador da presente temática e na qualidade de um estágio realizado na instituição, bem como a participação no Curso de Formação de Investigadores da PJM. Permitiu-se deste modo a observação direta e participante. Sendo considerada uma mais valia a vivência por parte do investigador para a compreensão da realidade observada. A observação foi sempre realizada com o distanciamento necessário, de forma a não afetar os dados recolhidos.

A qualidade de investigador da presente dissertação e a de estagiário, permitiu que por um lado existisse alguma dificuldade perante algumas situações, como é o caso de não poder estar totalmente ativo na participação de determinada realidade, uma vez que o distanciamento é necessário na observação.

d) O questionário aos militares dos três ramos das Forças Armadas e G.N.R., permitiu a recolha de opiniões e expectativas. Segundo Reis (2018), permite estimar grandezas relativas, como fazer estimativas para determinadas

---

<sup>13</sup> Reis, F.L. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos - Guia Prático*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. p.89.

proporções da população. Descrever uma população, através das suas características e verificar hipóteses. “Este instrumento de recolha de dados é formado por uma série ordenada de perguntas a serem feitas, por escrito, aos respondentes, e tem como objectivo obter informações sobre opiniões, interesses, expectativas relativas a questões e objectivos da investigação.” (Reis, p.99).

O tipo de estudo que melhor se poderia adequar à presente abordagem, é um estudo de natureza exploratória. Define-se essencialmente por elaborar estudos no terreno baseando-se na observação de situações reais<sup>14</sup>. “Visa proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo com vista a torna-lo explicativo ou a construir hipóteses.” (Reis, 2018, p.77).

Apresenta-se com a intenção de explorar uma área diferente do mais usual, avaliando a extensão e magnitude do “fenómeno” ao longo do tempo. Concedendo a ideia principal da problemática a ser resolvida, também avalia a possibilidade de aprofundar a investigação.

O modelo caracteriza-se por ser multi-método, experimental, uma vez que o investigador emergiu no meio e experienciou a realidade. Por outro lado, o cariz não-experimental, longitudinal de corte, uma vez que a observação não manipulou a realidade, conseguindo-se distanciamento através da observação dos fenómenos tal como se apresentam. Será longitudinal de forma a determinar o estado da presença de uma dada variável num longo espaço de tempo. E de corte porque se permite a observação num determinado grupo de indivíduos, e consente estabelecer um nexo de causalidade. Define-se por ser um modelo destinado às Ciências Sociais, que requer uma observação.

O método que se adotou, caracteriza-se por ser de uma abordagem qualitativa-quantitativa, de forma a produzir uma conceção abrangente e mais completa da realidade estudada.

A abordagem qualitativa será predominante, uma vez que o presente projeto se insere na área das Ciências Sociais. O cariz qualitativo “Leva em conta que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito

---

<sup>14</sup> Reis, F.L. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos - Guia Prático*, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. p.77.

que não pode ser traduzido em números e não requer a utilização de métodos estatísticos. Os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. O processo e o seu significado são os focos principais da abordagem. Nestas pesquisas há uma predominância de análises mais descritivas oferecendo uma melhor visão e compreensão do problema.” (Reis, 2018, p.78). Neste sentido, a metodologia abordada permitirá proporcionar uma noção do problema em questão através de uma abordagem mais compreensiva.

### **3.2 Variáveis e Hipóteses**

A questão a que se pretende responder é se, “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?”. É de fundamental importância, neste encadeamento, definir o que se entende por uma variável e como a mesma se faz classificar. Segundo Reis (2018), a variável pode ter diferentes valores, descrevem as características do atributo a que se propõe medir e podem se considerar como as qualidades ou as características de pessoas ou das situações estudadas.

As variáveis que se pretendem aqui abordar, podem-se considerar variáveis dependentes e variáveis qualitativas nominais. A primeira porque é o comportamento ou a resposta a um determinado resultado. A segunda deve-se ao facto de não existir uma relação de ordem. Consideram-se neste sentido, como variáveis a Investigação Criminal, a Justiça Militar, os Crimes Estritamente Militares, o Código de Justiça Militar e as Forças Armadas. Considera-se como construto a PJM. Todas podem ser estudadas, e são variáveis que o investigador tem determinado interesse em compreender e em explicar. Ao investigador não só cabe definir as variáveis como as questões necessárias a serem exploradas e respondidas. A colocação de hipóteses faz parte do processo de evolução da dissertação. Segundo Reis (2018), é através das hipóteses que se pode ter uma apreciação objetiva das várias alternativas para tratar do problema, pois permitem a viabilidade da direção a tomar na investigação e deduzem as formulações e manifestações empíricas do objeto a ser estudado.

A hipótese principal é por definição a instigadora do início da investigação. A colocação de hipóteses acaba por nortear o planeamento de todos os passos metodológicos. Posteriormente são confrontadas com os dados recolhidos. Veio permitir uma coesão na investigação, tendo como seu fim uma resposta às causas dos acontecimentos, de forma a melhor compreender as relações entre os construtos e variáveis. As hipóteses que se formularam são as seguintes:

- a) A competência de investigação criminal faz sentido numa polícia em meio militar?
- b) A PJM revela-se competente na aplicação das suas funções em meio militar?
- c) Os Crimes Estritamente Militares estão apenas reservados aos militares?
- d) O Código de Justiça Militar tem influência na execução das competências da PJM?
- e) A PJM apresenta limitações na execução da sua competência?
- f) Considera-se importante o papel desempenhado pela PJM para as Forças Armadas?
- g) Os Crimes Estritamente Militares são passíveis de estarem ligados ao sistema de Justiça Militar?
- h) A Justiça Militar é fundamental para o sucesso do desempenho da PJM?
- i) A dimensão simbólica e o contexto militar pode ser uma mais valia no desempenho das suas funções nos diferentes ramos das Forças Armadas?

### **3.3 População Alvo e Amostra**

O país tem ao seu serviço as Forças Armadas, que zelam pela segurança e defesa. No entanto, existe uma força de segurança militarizada, a Guarda Nacional Republicana (GNR) em que os seus agentes fazem uso do CJM e do RDM. Não são apenas os militares de cada ramo das F.A. e da G.N.R. que fizeram parte da investigação, os militares que estão como investigadores e

peritos na PJM também são parte integrante da mesma, bem como o Ministério Público.

As etapas de elaboração do plano da amostra foram as seguintes:

1ª etapa - Fez-se a delimitação da população alvo e a população acessível. Definem-se neste sentido como a população alvo as Forças Armadas, G.N.R. e o Ministério Público. Como população acessível os três ramos das FA, G.N.R. e as Comarcas de Lisboa e Porto.

Na perspetiva de Reis (2018), a população alvo, caracteriza-se por ser formada pelo conjunto total indivíduos que têm características em comum, que se definem por critérios. A população inquirida considera-se por ser os indivíduos disponíveis para a amostra.

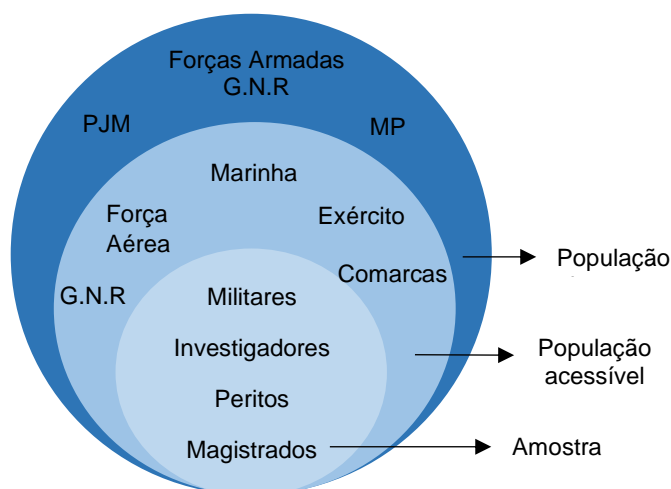
2ª etapa - Relativa aos critérios de seleção. Fez-se a seleção para os inquiridos por entrevista com base nos anos de serviço na instituição, de cinco ou mais de cinco anos, menos de cinco anos, idade, categoria profissional e habilitações literárias. Para os militares, investigadores e peritos, o critério passou por ser a idade, posto, anos de serviço na atual instituição e habilitações literárias.

3ª etapa - Caracteriza-se pela definição do plano da amostra. A mesma constituiu-se por oito investigadores (de cinco ou mais de cinco anos e há menos de cinco anos) relativo à ordem de antiguidade. Os peritos são três (um de cinco ou mais de cinco anos e um há menos de cinco anos) o intervalo de tempo caracteriza-se por ser mais curto, uma vez, que a carreira dos investigadores e peritos se verifica como mais curta em relação aos militares que se encontram nas unidades e aos Magistrados.

4ª etapa - Quanto ao tamanho da amostra, apresenta-se num total de vinte sete indivíduos, entre eles investigadores, peritos, magistrados do MP e militares dos três ramos das Forças Armadas e G.N.R.

Um facto é que quanto maior for a amostra, maior serão as hipóteses de ser representativa da população. Verificou-se neste sentido entraves, relativamente ao acesso a um maior universo.

5ª etapa - Este ponto será focado mais à frente no trabalho e incidirá no momento em que se procede à amostragem.



**Gráfico 1. Plano da amostra**

A amostra é de 27 indivíduos. Segundo Ghiglione (2001), a experiência vem nos mostrar que a partir de 20 a 30 entrevistas não se verifica grandes alterações.

### **3.4 Instrumentos e recolha de dados**

Uma vez que a investigação assenta num paradigma qualitativo, em que “Leva em conta que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (Reis, 2018, p.78) tornou-se relevante utilizar o instrumento de análise bibliográfica na recolha de dados. Foram analisadas obras relevantes nas áreas da Criminologia, Sociologia, Antropologia e do Direito. Documentos históricos, artigos científicos e revistas da especialidade que focavam a temática das variáveis e também grande parte legislação. Procurou-se essencialmente recolher informação que pudesse mostrar uma diversidade de conceções sobre a mesma temática, de forma a construir-se neste ponto da investigação uma base sólida em que conseguisse assentar a restante estrutura. De forma a uma melhor organização de toda a informação bibliográfica recolhida, dividiu-se a mesma consoante as questões que se queriam ver respondidas.

Para Bell pode-se ter duas abordagens, “Uma tem sido chamada «abordagem orientada para as fontes», na qual é a natureza das fontes que determina o projecto e ajuda a formular as questões a que a investigação vai responder.(...) A segunda aproximação, que implica formular perguntas através de leitura de fontes secundárias, ler o que já foi descoberto acerca do assunto e decidir qual vai ser a orientação do trabalho antes de começar a trabalhar com as fontes primárias” (2018, p.102).

Um segundo instrumento utilizado, passou pelo inquérito por entrevista que se justifica pelo fato de permitir obter informações que de outro modo não se conseguiria recolher. A entrevista permitirá “explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar os motivos e sentimentos, coisa que um inquérito nunca poderá fazer. A forma como determinada resposta é dada (o tom de voz, a expressão facial, a hesitação, etc.) pode transmitir informações que uma resposta escrita nunca revelaria.” (Bell, 1993, p.137). A sua escolha também passou pelo facto de se conseguir estabelecer uma relação com a pessoa que se está a entrevistar, assim desse modo conseguiu-se aceder a informações relevantes para a investigação. É sempre um bom meio de retorno rápido, devido à resposta. E também dá para observar o comportamento não oral do entrevistado. No entanto, a produção dos dados e a recolha são em momentos distintos.

A observação participante adquiriu terreno na presente dissertação. Considerada por muitos investigadores um instrumento de difícil aplicação, no entanto, não se quis deixar de parte a presente hipótese. Poder aceder a determinadas possibilidades que por outro instrumento de recolha de dados não era possível, considera-se então a observação participante como essencial e necessária. Revela muitas das vezes determinados aspetos sobre variáveis que na maioria dos casos não eram detetáveis por outros instrumentos de recolha. Bell (2018), diz-nos que, por vezes a observação participante é útil na descoberta da verdade, sobre o que os indivíduos fazem o que dizem fazer, e se têm determinado comportamento como dizem ter.

Por o investigador ter integrado durante o estágio, uma equipa do laboratório de Polícia Técnico-Científica e ter realizado o Curso de Formação de

Investigadores, juntamente com os próximos, agora, investigadores da PJM, permitiu experienciar, vivenciar o ambiente como observador participante. Neste ponto questionam-se como é possível manter determinado distanciamento? Não foi fácil, mas foi possível. Um ponto a favor do distanciamento, foi o investigador ter entrado na instituição sem ideias pré-concebidas em relação ao meio de observação. Procurou ser sempre objetivo, imparcial, com um contato direto e assíduo com a instituição PJM, durante um longo período de tempo. Como foi o caso de 8 meses.

No entanto a sua subjetividade que lhe está inerente, será sempre um mistério para o leitor. E por assim ser, a dissertação encaixa-se com diferentes instrumentos de observação, deforma a complementarem-se entre si. Tem como suas vantagens a recolha de dados descritivos, a observação de comportamentos na primeira pessoa, informações que de outra forma as pessoas não estariam dispostas a dar. Tudo isto gerou uma melhor compreensão por parte do investigador. Para Bell (2008), seja uma observação estruturada ou participante, cabe ao investigador a observação, registo e posteriormente a interpretação.

Como estagiário, o investigador ia obtendo alguns conhecimentos que de outra forma não era possível. A capacidade de adaptação ao meio militar também influenciou a apreensão dos factos e do conhecimento adquirido.

A utilização da entrevista por inquérito na obtenção de dados junto dos militares, investigadores e peritos criminais foi realizada por parte dos mesmos em regime de anonimato. A que foi enviada via email aos Magistrados do MP também seguiu a mesma regra. Pode-se considerar um bom meio, uma vez que permite ao inquirido falar mais e não ficar apenas por uma resposta fechada. No entanto, as perguntas de resposta aberta requerem uma análise mais demorada. Tem também a vantagem de conseguir um elevado número de respondentes.



### 3.5 Apresentação dos dados

Pensou-se nos intervenientes que se encontravam ligados diretamente com a Polícia Judiciária Militar, e a forma de conferir validade junto das instituições. Por outro lado, quanto maior se verificar a amostra, existirá por si só, uma dificuldade acrescida no tratamento dos dados. Deste modo, conseguir-se fazer um inquérito por entrevista, requer alguma organização de forma a que o primeiro contato possa cativar os informantes de forma a quererem responder posteriormente. A realização do mesmo presencialmente de forma anónima conduziu que grande parte da amostra de indivíduos que foram selecionados tivesse respondido.

**Quadro 1. Objetivos Propostos**

Informante	Nº de Informantes
Investigadores PJM	10
Peritos PJM	3
Magistrados M.P.	3
Militares Força Aérea	4
Militares Exército	5
Militares Marinha	3
Militares G.N.R.	2
Total	30

**Quadro 2. Objetivos Finais**

Informante	Nº de Informantes
Investigadores PJM	8
Peritos PJM	3
Magistrados M.P.	3
Militares Força Aérea	4
Militares Exército	4
Militares Marinha	3
Militares G.N.R.	2
Total	27

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador em 2020

Desta forma pode-se afirmar que os objetivos propostos inicialmente não ficaram muito longe da totalidade das respostas. Conseguindo-se uma taxa de retorno de 90%. Quanto aos Magistrados e Peritos a taxa de retorno foi de 100%, no entanto ficaram a faltar dois investigadores.

**Quadro 3. Posto**

Postos	Nº de Informantes
Major ou Capitão-tenente	3
Capitão ou Primeiro-tenente	4
Tenente	3
Alferes ou Guarda-marinha, subtenente	2
Oficial	8
Sargento	4
Total	24

**Quadro 4. Categoria Profissional**

Informantes	Nº de Informantes
Magistrados M.P.	3

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

A amostra de militares estudada inclui os investigadores e peritos. A presente tabela foi realizada de forma a preservar o anonimato dos mesmos.

Classifica-se na sua maioria os informantes, de acordo com a ordem de grandeza, em primeiro os oficiais, segue-se os capitães e os sargentos com o mesmo número de informantes, e de seguida os tenentes. De igual forma encontram-se os capitães e majores. Em menor número os Alferes.

O quadro 4, apresenta-se apenas com três magistrados. Tendo sido apenas este o número de magistrados selecionado para responder.

**Quadro 5. Habilitações Literárias**

Informantes	12º ano	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Magistrados				3
Major ou Capitão-tenente		2	1	
Capitão ou primeiro-tenente		2	2	
Tenente			2	1
Alferes, Guarda-marinha ou subtenente		1	1	
Oficial		6	2	
Sargento	3	1		
Total	3	12	8	4

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

Neste âmbito não se encontra o posto de praça, isto porque dentro da população acessível no momento não se verificavam. Por outro lado, os mesmos também não se verificaram existir como investigadores e peritos na PJM. A maioria dos informantes apresenta-se como titular de uma licenciatura, segue-se o Mestrado, o Doutoramento e com menor número o 12º ano. A exceção fica nos Sargentos em que se verifica uma amostra de 3 pessoas que frequentou o ensino até ao secundário. Pode-se considerar que a maioria dos informantes se vem a apresentar mais instruído no meio militar, com cursos superiores que predominam na presente amostra.

**Quadro 6. Habilitações Literárias dos Sargentos**

Informante	12º ano
Sargentos	3

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

O quadro 6 é indicativo das habilitações literárias dos sargentos inquiridos. Verificando-se que são três sargentos que têm escolaridade até ao 12º ano.

**Quadro 7. Áreas de Formação**

Informantes	Psicologia	Economia	Direito	Engenharia Informática	Antropologia
Magistrados			3		
Major ou Capitão-tenente	2		1		
Capitão ou primeiro-tenente		1	2	1	
Tenente	1		1		1
Alferes, Guarda-marinha ou subtenente		1	1		
Oficial	3	3	2		
Sargento		1			

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

As áreas científicas incidem no Direito, Psicologia, Antropologia, Engenharia Informática e Economia. Os Doutoramentos dos magistrados são da área do Direito. Desta forma, pode-se constatar que existe uma grande variedade de áreas de formação, podendo ser positiva, no sentido de permitir uma maior abertura de pensamento. No entanto, a área do Direito revela-se predominante, permitindo também avaliar o tipo de respostas que possam dar, incidindo neste caso em respostas mais direcionadas ao Direito (quadro 7).

**Quadro 8. Anos de serviço na atual instituição**

Informantes	
5 ou + 5 anos	- 5 anos
13	14

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

O maior número de informantes encontra-se à menos de cinco anos na mesma instituição. De seguida tem-se os informantes que se encontram à cinco ou mais de cinco anos na mesma instituição. A diferença entre ambos é de apenas um indivíduo. Pode-se depreender que a presente situação tem haver com o tipo de contratos.

**Quadro 9. Opinião sobre o CJM**

Perspetiva dos Informantes	Nº Informantes
Essencial no dia-a-dia	16
Esclarecimento de dúvidas, elaboração de trabalhos	8
Deveria de sofrer algumas alterações	3

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

Alguns dos informantes, usam o CJM no dia-a-dia para o cumprimento das suas atribuições, sendo eles a maioria. Os restantes, utilizam-no no esclarecimento

de dúvidas e na elaboração de trabalhos académicos. A fatia mais pequena é da opinião que deveria de sofrer algumas alterações.

**Quadro 10. Perspetiva do CJM**

Perspetiva dos Informantes	
Sim	Não
25	2

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

Dos 27 informantes que responderam ao inquérito por entrevista 25 (92.6%) são da opinião de que o CJM tem relevância na aplicação das competências de investigação Criminal da PJM. Apenas 2 informantes (7.4%) não o consideram relevante.

**Quadro 11. O CJM na aplicação de competências da PJM**

Informantes				
Insuficiente (1)	Suficiente (2)	Bom (3)	Muito Bom (4)	Excelente (5)
2	8	11	5	1

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

A perspetiva que os informantes têm da aplicação do CJM às competências da PJM, revela-se na sua maioria como Bom, Suficiente e Muito Bom. Como insuficiente apenas foi referido por dois informantes.

**Quadro 12. Importância do CJM no SJM**

Perspetiva dos Informantes	
Sim	Não
24	3

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

A amostra estudada, é bem representativa de que 88.9% dos informantes respondeu que compreende a importância do CJM no SJM. O conhecimento do meio militar e da sua estrutura, bem como o elevado nível das habilitações literárias de que se fazem apresentar, podem ser os indicadores que estão por trás dos números. Os restantes informantes (11.1%) responderam que não.

**Quadro 13. Investigação dos Crimes Estritamente Militares por polícia civil**

Perspetiva dos Informantes	
Sim	Não
0	27

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

O quadro 13 é representativo do número de informantes que respondeu que não estão de acordo com a investigação dos Crimes Estritamente Militares por uma outra polícia, sendo ela civil. Responderam todos os informantes (100% da amostra).

**Quadro 14. Importância da PJM no SJM**

Perspetiva dos Informantes	
Sim	Não
25	2

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

A maioria dos informantes (92.6%) respondeu que tem importância a PJM no SJM. No entanto verifica-se que duas pessoas (7.4%) não concordam.

**Quadro 15. Recursos da PJM**

Perspetiva dos Informantes	
Sim	Não
23	4

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

Dos informantes inquiridos (85.2%) responderam que sim, que a PJM deveria de ter mais recursos humanos e técnicos e 14.8% são da opinião que não são necessários.

**Quadro 16. Recursos da PJM**

Perspetiva dos Informantes	Nº Informantes
Investigadores e Peritos	3
Transportes: carrinhas e jipes todo o terreno	7
Conforto das instalações	1
Armas, munições, equipamento de proteção	5
Carreira de tiro	7

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

As respostas afirmativas incidiram maioritariamente nos transportes e na carreira de tiro. Seguem-se o armamento, os recursos humanos (investigadores e peritos) e por último o conforto das instalações.

**Quadro 17. Desempenho da PJM na competência de IC**

Perspetiva dos Informantes				
Insuficiente (1)	Suficiente (2)	Bom (3)	Muito Bom (4)	Excelente (5)
2	1	6	9	9

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

A perspetiva dos informantes sobre o desempenho da PJM na competência de Investigação Criminal, é em grande parte situada entre o 3, 4 e 5 (de Bom a Excelente). Segundo a presente amostra de informantes, verifica-se que apenas 3 responderam abaixo dos restantes parâmetros, situando-se no insuficiente e suficiente.

**Quadro 18. Áreas a desenvolver na PJM**

<b>Perspetiva dos Informantes</b>	<b>Nº Informantes</b>
Combate ao terrorismo	9
Cibercrime	6
Tráfico de estupefacientes	4
Tráfico de armas	6
Crime ambiental	1
Peritagem documental	1

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

No respetivo quadro, encontram-se representadas as áreas às quais os informantes pensam ser pertinentes a serem desenvolvidas dentro da PJM. O Combate ao terrorismo, verifica-se com o maior número de respostas, de seguida o Cibercrime, igualado com o Tráfico de armas, o Tráfico de estupefacientes, e em último, o Crime ambiental igualado com a Peritagem documental.

**Quadro 19. Diminuição da Criminalidade Militar**

<b>Perspetiva dos Informantes</b>	<b>Nº Informantes</b>
Formações nos ramos militares	5
Prevenção na comunidade militar e civil	7
Maior interação no meio militar	7
Cooperação e formação com outros OPCS	8

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

A perspetiva dos militares no que toca à diminuição da criminalidade militar, maioritariamente as respostas centram-se na cooperação e formação com outros Órgãos de Polícia Criminal (OPCS). Em segundo lugar, uma maior interação no meio militar igualda com a prevenção na comunidade militar e civil. Em último lugar, as respostas centram-se nas formações nos ramos militares.



**Quadro 20. Exposição da PJM**

<b>Perspetiva dos Informantes</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>
26	1

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

O quadro 20, reflete as opiniões dos informantes relativas à exposição da PJM. Na sua maioria, os 26 informantes, responderam que a mesma deveria de dar-se mais a conhecer. Sendo que apenas um informante respondeu negativamente. Por fim, não se verificam na sua maioria respostas de discórdia total.

**Quadro 21. Existência da PJM**

<b>Perspetiva dos Informantes</b>	<b>Nº Informantes</b>
Prevenção criminal	5
Investigação criminal	7
Única polícia com competência específica e reservada	8
Única polícia com investigadores e peritos militares	7

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

Quanto à existência da PJM, verifica-se que os informantes associam a sua atividade maioritariamente ao facto de ser uma polícia de competência específica e reservada, que aposta na investigação criminal e que se constitui por investigadores e peritos militares. Por último associam a sua existência à prevenção criminal.

**Quadro 22. Justificação da existência da PJM**

<b>Perspetiva dos Informantes</b>				
<b>Discordo totalmente (1)</b>	<b>Discordo um pouco (2)</b>	<b>Não concordo (3)</b>	<b>Concordo um pouco (4)</b>	<b>Concordo totalmente (5)</b>
0	0	1	3	23

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

A última questão focou a justificação da existência da PJM. As respostas centraram-se com o maior valor (Concordo totalmente) por se caracterizar como uma polícia única em relação à competência específica e reservada. Em segundo, por se apresentar também por ser única relativamente a ter investigadores e peritos militares, igualada pelas funções de investigação criminal e por último pela prevenção criminal.

**Quadro 23. Justificação da existência da PJM**

<b>Perspetiva dos Informantes</b>	<b>Nº Informantes</b>
Não considera essencial, uma vez que a mesma não é muito conhecida	1

Fonte: Inquéritos aplicados pelo investigador 2020

Constata-se apenas uma resposta negativa, relativamente à existência da PJM, considerando que a mesma por não ser muito conhecida, o informante não considera essencial a sua existência. De forma a poder ter em conta o conhecimento do informante, foi pertinente verificar o seu posto, e habilitações literárias, de forma ao melhor entendimento da sua resposta. O seu posto é de sargento, tendo o seu grau de habilitações o 12º ano.

### **3.6 Tratamento dos dados**

No presente ponto, permite-se fazer uma discussão e uma retrospectiva dos dados recolhidos durante a investigação. Os mesmos são o resultado de um conjunto de perspetivas de profissionais que estão diretamente integrados no Sistema de Justiça Militar e no meio castrense.

A metodologia que se aplicou, veio permitir que se chegasse mais perto da realidade estudada, através do contato com os Magistrados do Ministério Público, dos Militares, dos Investigadores e Peritos Criminais da PJM. Proporcionou-se através das suas entrevistas, momentos de partilha, de experiências, mostraram o seu lado mais sensível e humano nunca perdendo o seu profissionalismo.

O contato do investigador com o meio militar, orientou-se no sentido de se poder usufruir de uma observação participante, em que sempre se pautou, quando necessário, pelo distanciamento. Procurou-se descortinar as limitações de algumas questões também através da análise documental, tornando-se muito útil numa dimensão simbólica e material de todas as questões.

Compreende-se que as respostas obtidas durante o período do inquérito por entrevista, baseiam-se todas na experiência individual de cada indivíduo, nas suas funções, habilitações literárias e no meio onde se insere. Não podendo de forma alguma tomar partido de uma ideia de um único indivíduo e considera-la como opinião geral.

#### **3.6.1. Da caracterização socioprofissional**

É necessário investigar e tentar compreender o porquê e o como de cada situação e estar em contato com as pessoas. Saber de onde vêm e para onde vão. Desse modo, a investigação ficou enriquecida com a contribuição de todos os profissionais. Todos distintos entre si, mas com muito em comum, o sentido de serviço. É no sentido de cumprimento do dever, que muitos dos entrevistados optam por continuar os seus estudos enquanto trabalham, na sua maioria têm a licenciatura, Mestrado e Doutoramento. Vêm de distintos postos, dentro dos três

ramos das Forças Armadas, não esquecendo os militares da G.N.R. Consideram-se particularmente pessoas bem instruídas quanto às funções que devem de desempenhar nos seus cargos de Major ou Tenente Capitão, Capitão ou Primeiro Tenente, Tenente, Alferes ou Guarda-marinha, subtenente, oficial e sargento. Há quem pense, que poderia existir mais formação, é o caso de alguns dos Magistrados do Ministério Público e de Militares. Podendo sempre ser melhorada a sua função.

### **3.6.2. Do Código de Justiça Militar**

Constata-se, que nem sempre as formas de atuação estão de acordo com a realidade e o CJM não é exceção à regra. Em parte, os Magistrados revelam que o mesmo poderia estar melhor desenhado, mas que não se mostra nenhum obstáculo maior. Os investigadores, peritos e outros militares, fazem do seu uso, uma ferramenta de trabalho habitual. Para outros, passa por ser um auxiliar no esclarecimento de questões académicas. De uma forma ou de outra, justifica-se ser importante para os profissionais, mas de uma forma mais geral para o Sistema de Justiça Militar. Exemplo disso são alguns transcritos do inquérito por entrevista. Ora vejamos:

“É necessário, é uma peça fundamental no exercício da nossa atividade (...) precisamos do Código para encontrar os fundamentos da nossa ação (...)” (Investigador Criminal).

“Toda a atividade de polícia tem de assentar em bases legais, e o CJM é exemplo disso (..) Nada pode ser feito ao acaso quando falamos de pessoas e bens jurídicos essenciais” (Investigador Criminal).

Tal como se constatou, a investigação de Crimes Estritamente Militares, tem a sua complexidade. Os investigadores e peritos têm de cooperar e coadjuvar as Autoridades Judiciárias nos crimes Estritamente Militares. Em algumas situações é necessário o requisito de ser militar, o fator de conhecer o meio, e saber orientar-se sobre o melhor caminho a tomar.

No entanto, é necessário compreender de que forma é que faz sentido os Crimes Estritamente Militares serem investigados por uma polícia civil. Verificou-se junto dos entrevistados, que não faz qualquer sentido para os mesmos uma polícia civil investigar crimes militares, uma vez que a esta não detém das mesmas aptidões que a PJM. São necessários, o conhecimento e a experiência quanto ao *modus operandi* do crime militar.

### **3.6.3. Da Justiça Militar à Polícia Judiciária Militar**

Desta forma, e à luz das respostas dos profissionais estudados, pode-se afirmar, que a mesma apresenta determinada relevância para o Sistema de Justiça Militar, uma vez que é a responsável pela investigação de Crimes Estritamente Militares, dentro e fora das unidades, estabelecimentos ou órgãos militares. Tem por isso uma competência específica e reservada.

A um melhor desempenho, existem recursos que são sempre necessários à sua função, quer sejam eles humanos, técnicos ou materiais. As respostas centraram-se na sua maioria nos transportes e carreira de tiro. Segue-se o armamento e os recursos humanos (investigadores e peritos), por último a melhoria das instalações. Todos estes fatores são importantes e necessários, no dia-a-dia de um Corpo Superior de Polícia.

Quanto ao seu desempenho na competência de Investigação Criminal, classificam-na na sua maioria, como muito bom e excelente. Poucos são aqueles que têm dúvidas quanto à sua atuação.

Outro ponto, necessário a ser explorado, foi a questão do desenvolvimento das áreas existentes ou a criação de outras. Foi sugerido neste encadeamento, em primeiro o desenvolvimento da área de Combate ao terrorismo e ao Cibercrime, segue-se o Tráfico de estupefacientes, posteriormente o Crime ambiental e a Peritagem documental. Poderiam de certo ser boas aplicações futuras.

No entanto, a redução da criminalidade no meio castrense, segundo os entrevistados, poderia passar por uma cooperação e formação assídua com outros OPCS. Pela continuação da prevenção na comunidade militar e civil. Por uma maior interação no meio militar, e também, pela formação nos ramos

militares. Neste sentido, verificou-se que os entrevistados consideraram que é necessário a mesma existir, fundamentando com o facto de ser uma polícia de competência distinta e ímpar quanto aos investigadores e peritos militares.

#### **3.6.4. Enquadramento Legislativo da Jurisdição Militar**

Tendo por base a lei orgânica de 1987, que vem referir que todos os Crimes Estritamente Militares só poderão ser julgados pelos tribunais ou órgãos definidos para esse objetivo, não podendo ser nos tribunais de foro comum. Pode-se constatar neste caso que a jurisdição militar apresenta uma autonomia em relação à civil. Embora nos Crimes Estritamente Militares o autor tanto pode ser militar como civil, em que o crime pode ser cometido em meio militar ou fora do mesmo. O Código Penal espanhol vem ressaltar que tipifica o comportamento que coloque em causa os valores que enformem as Forças Armadas. Neste âmbito, o que determina a aplicação do Direito Militar é a natureza do delito e não a função do indivíduo que comete o crime.

Contudo, as diferenças entre ambos os países, verificam-se sobretudo nos seus Sistemas Penais que são diferentes. A competência da jurisdição militar para os crimes militares (CP) e os crimes do foro comum que estejam ligados aos militares. Apurou-se também que o seu modelo assenta em várias Forças e Corpos de Segurança. Os mesmos encontram-se dependentes de diferentes Administrações Públicas, em que estão subordinadas ao Governo Nacional a Guarda Civil e o Corpo Nacional de Polícia. Dependente das Comunidades Autónomas as Polícias Autónomas. Dependente das Corporações Locais as Polícias Locais. Este tipo de subordinações fragmentadas, deve-se também à dispersão dos Tribunais Militares que estão por todo o território espanhol, desta forma permitirá também que exista um grupo grande de Polícia Judicial.

Portugal, não dispõe das mesmas estratégias e organização. A PJM deve obediência aos princípios constitucionais. Faz a investigação de Crimes Militares e as respetivas Autoridades Judiciárias são coadjuvadas, como é o caso do Ministério Público, os Juizes de Instrução Criminal e os Juizes Militares.

#### **§ 4. ESTUDO COMPARATIVO DA PJM COM A POLÍCIA ESPANHOLA**

Embora se encontrem a nível geográfico muito próximos, têm na sua génese pontos em comum e algumas diferenças entre si. Ponderou-se em acrescentar como uma mais valia à dissertação, um estudo comparativo entre duas polícias, em que ambas se debruçassem sobre os Crimes Estritamente Militares. As diferentes estruturas, vêm refletir a aplicação da sua competência de Investigação Criminal.

Portugal e Espanha, dois países que partilham a história, apresentam-se com sistemas judiciais um pouco distintos. O CJM português permite que se compare diferentes ordenamentos jurídicos Europeus, como é o caso mais específico da Espanha.

O Sistema de Justiça Militar espanhol, é o resultado de várias mudanças no tempo. Com a Constituição Espanhola de 1978, configurou-se como especializada e limitada a jurisdição estritamente militar, em que os órgãos jurisdicionais militares são constituídos por militares de carreira das Forças Armadas dependentes do Ministério da Defesa.

A sua organização é feita em pirâmide, no topo encontra-se o Supremo Tribunal (Divisão Militar de 5ª) em que apenas tem juízes civis, a baixo deste tem-se o Tribunal Militar Central, e no mesmo encadeamento, seguem-se os cinco Tribunais Militares Territoriais (Madrid, Sevilha, Barcelona, Corunha e Santa Cruz de Tenerife). No fim da pirâmide encontram-se os órgãos Judiciais Militares. O Tribunal Central apresenta-se com competência para julgar todo o tipo de crimes militares, inclusive no estrangeiro que sejam cometidos por militares com posto igual ou superior a Major/Capitão-Tenente, que não sejam atribuídos ao Supremo Tribunal.

Constitui-se por um juiz presidente, um vogal togado e um vogal militar. O juiz militar tem de ser um oficial militar com licenciatura em Direito.

Os Tribunais Territoriais, têm como sua competência julgar os crimes militares do seu território, desde que os mesmos não tenham sido delegados ao Tribunal Central Militar. Dele fazem parte o juiz presidente, o coronel auditor, quatro vogais togados (dois Tenente-Coronel auditores e dois Comandantes-Major

auditores), sendo que em audiência de julgamento tem um juiz presidente, um vogal togado e um vogal militar. Nos Julgados Militares encontram-se na base da pirâmide. Os mesmos encarregam-se da fase de instrução dos procedimentos judiciais. Distinguem-se por serem singulares e terem juízes militares que são da área do Direito, que vêm do Corpo Jurídico Militar. Têm ainda a competência de acompanharem as forças espanholas nas missões de paz no estrangeiro.

O Direito Militar espanhol, vem dizer que um crime quer seja cometido por um militar ou um civil, só será analisado pela jurisdição militar se desrespeitar a Convenção de Genebra.

O Sistema Judicial espanhol encontra-se fracionado de acordo com a divisão territorial e das matérias. Divide-se em quatro ordens jurisdicionais, a civil, a penal, de contencioso, administrativo e a laboral. Existe também uma jurisdição militar.

A sua organização judiciária penal, compreende a Segunda Divisão do Supremo Tribunal, a Divisão Penal da Audiência Nacional, a Divisão Civil e Penal dos Tribunais Superiores de Justiça, as Secções Penais dos Tribunais Provinciais, de Instrução, de Menores, de Execução das Penas, de Violência contra as Mulheres e os Julgados de Paz. O poder do Estado apenas utiliza a jurisdição militar em casos estritamente militares, em estado de emergência e estado de sítio. Nesta situação as competências têm a possibilidade de serem alargadas. Tendo por base a LOCOJM<sup>15</sup> e a LPM<sup>16</sup> em que se verifica, se a competência é exercida em tempo de paz, apenas em casos estritamente militares, sendo estendida ao estrangeiro em qualquer tipo de caso de delito. Em tempo de guerra, também se verifica a sua aplicação, até mesmo no estrangeiro, se os militares cometerem algum crime de natureza comum. Uma outra situação em que o mesmo tem aplicação é nos crimes cometidos por militares que detenham o estatuto de prisioneiros de guerra.

---

<sup>15</sup> Ley Organica 4/1987, de 15 de Julio - Competência, Organização da Jurisdição Militar (LOCOJM).

<sup>16</sup> Ley Organica 2/1989, de 13 de Abril - Lei Processual Militar (LPM).



Os dois Sistemas de Justiça Militar apresentam em comum a sua competência em matéria de investigação criminal, de crimes de cariz militar e a coadjuvação das autoridades judiciais, como o Ministério Público, os Juizes de Instrução Criminal e os Juizes Militares.

Verifica-se que o modelo espanhol se apresenta com várias Forças e Corpos de Segurança. É o caso do Corpo de Polícia Nacional e a Guarda Civil que se encontram dependentes do Governo Nacional. As polícias autónomas, que dependem das comunidades autónomas. As polícias locais que estão dependentes das corporações locais.

Posteriormente à Constituição de 1978 o Sistema de Investigação Criminal da Espanha, apresentava-se com o Corpo Superior de Polícia, o Corpo de Polícia Nacional e o Corpo de Guarda Civil. Posteriormente a esta data, separaram-se as Forças Armadas e as Forças de Segurança, dando lugar assim nas regiões autónomas o direito de criação das suas próprias polícias.

No ano de 1986, com a constituição da Lei Orgânica 2/1986 do Corpo Nacional de Polícia, deu-se a fusão do Corpo Superior de Polícia e do Corpo Nacional de Polícia, uma de índole militar e outra civil. Mostrou-se particularmente difícil a sua junção, uma vez que detinham um *modus operandi* diferente uma da outra. O Corpo Superior de Polícia caracterizava-se pela natureza civil com funções judiciais (análise e tratamento de informação e serviço de polícia científica), estava presente nos grandes centros urbanos, no entanto estendia-se a todo o território nacional.

O Corpo de Polícia Nacional, caracterizava-se por uma estrutura e organização militar, mas não estava integrada nas Forças Armadas. Prestava apoio ao Corpo Superior de Polícia. A sua missão passava essencialmente por manter a segurança pública nos grandes centros urbanos.

O Corpo de Guarda Civil, detinha uma natureza militar e as suas funções passavam pela segurança pública, pelo controlo de fronteiras e trânsito rodoviário nos meios rurais.

A Polícia Judiciária espanhola na atualidade, está dividida pelas diferentes polícias, em que a sua missão passa pela investigação dos delitos.

A Guarda Civil e o Corpo Nacional de Polícia têm na sua constituição as Unidades de Polícia Judicial e as Unidades de Julgados de Paz e Tribunais. As Polícias Autónomas também apresentam a mesma competência, em que a primeira é dirigida por um Oficial General que esteja na efetividade de serviço. As competências desempenhadas são de organização, gestão, investigação e prevenção de crimes. Desenvolver a criminalística, identificação analítica e investigação técnica. Tem a competência de Polícia Judiciária específica da Guarda Civil. Na sua dependência encontra-se a Unidade Central Operativa (UCO), que investiga e atua perante a criminalidade organizada, económica e internacional.

A Unidade Técnica de Polícia Judicial (UTPJ), tem funções de assessoria. É a central de informação sobre a criminalidade, elabora técnicas operacionais e presta apoio à investigação de delitos. Trata também do enquadramento administrativo dos oficiais de ligação com a INTERPOL, EUROPOL e o gabinete SIRENE. A mesma ainda faz parte do Serviço de Criminalística (SC), que contribui para esclarecer determinados atos penais através da utilização de procedimentos de perícia.

Pode-se afirmar que o modelo de Polícia espanhola influenciou o português, ou o português teve alguma influência no espanhol? Ambos países vizinhos, com uma partilha da presença cultural, é clara a possibilidade que possam ter adquirido alguma influência um do outro. No entanto, pode-se afirmar que o Sistema de Justiça Militar espanhol tem características particulares do seu país, e que se faz reger por princípios e garantias da constituição, com uma jurisdição especial que se deve ao meio onde é exercida e pelo direito que usa.

## CONCLUSÃO

É tempo de refletir. Vive-se num momento em que cada vez mais não existe a oportunidade, nem o lugar para se poder repensar sobre matérias fundamentais à sociedade. Que este espaço seja sinónimo de reflexão e análise das mesmas. Portugal atravessa momentos de mudanças, mas também de incertezas futuras. Em instantes em que o crime transpõe sociedades e princípios fundamentais balizadores de um Estado, instantes esses se verificam novas ameaças e riscos globais. Na sua maioria, são travados e prevenidos por indivíduos que assumiram a condição militar. Valores como espírito de corpo, a coesão, a disponibilidade e a disciplina, são valores de uma identidade militar que defende os interesses do Estado.

Estudar uma dada sociedade, a militar, requereu um compromisso claro e rigoroso da parte de quem o investigou. Em particular, a sociedade militar investigada, encontra-se distante dos olhares da sociedade civil. Foi também numa perspetiva de distanciamento em que foram tecidas as presentes reflexões.

Não foi, tão só, uma investigação sobre a natureza de uma determinada polícia, procurou-se também, a sua caracterização, reflexão, e análise de questões fundamentais, que até então, pouco se haviam questionado.

1. O primeiro aspeto a reter, é de que o crime tem o poder de afetar sociedades inteiras e de que a justiça também. Ambos têm a sua força na ação humana, mas apenas um pode ser favorável ao Homem. O primeiro exemplo foi trazido pelo pensamento de Beccaria (2007), o que deverá de importar é a justiça humana, porque é aquela em que uma ação pode variar de sociedade para sociedade. A mesma pode-se verificar nas relações humanas, pois é através das mesmas que podem existir mudanças.

São os vínculos que permitem a coesão dos militares, podendo serem decisivos na forma em que se deparam em determinadas situações. Só assim, se consegue aplicar a disciplina através da coesão. À luz do pensamento de Prata, diferenciou-se os campos de punição, o disciplinar e o criminal, em que a Justiça Militar atua. Neste sentido, verificou-se a necessidade de percebermos, que

“Falar-se de justiça militar é falar-se de uma organização judiciária própria, com tribunais e foros militares, autoridades judiciárias militares e autoridades e agentes de polícia judiciária militar, tal como é falar ainda de um direito penal militar com normas penais e processuais próprias ou especiais.” (Prata, 2017, p.782). “A justiça penal militar é direito penal especial porque tutela bens jurídicos especiais (...). Assim, a PJM investiga os Crimes Estritamente Militares que tutelam os interesses militares da defesa nacional” (Prata, 2012, p.5).

2. O segundo aspeto, é de que a Justiça Militar tem o seu fundamento na disciplina, e sua materialização no Código de Justiça Militar. O mesmo revelou-se decisivo no êxito das investigações, conduziu por um lado à extinção dos tribunais em tempo de paz e conseguiu reformular a organização judiciária. A necessidade de um CJM, também se mostrou como necessária e essencial.

Vimos também, que o CJM (2014), deixou de compreender o crime militar como uma como violação do dever. Desta forma, começou-se a qualificar como tal, os factos, que lesem os interesses dos militares e da Defesa Nacional. O mesmo existe para poder fazer uso da aplicação da disciplina e da pena.

3. Como terceiro aspeto a ser refletido, têm-se o Crime Estritamente Militar, que veio a adquirir diferentes contornos ao longo do tempo. Tendo como seu fim último o sentido, de que, “É crime estritamente militar o facto típico, ilícito e culposos lesivos de interesses militares de defesa nacional e dos demais (...) Isto é, para que haja crime estritamente militar não basta que o facto lese interesses militares da defesa nacional e outros cometidos às Forças Armadas. É necessário, ademais, que a lei qualifique o facto como estritamente militar” (CJM, 2004, p.16). No entanto percebeu-se que este tipo de crime também está cometido a cidadãos civis, quando se encontra em causa factos lesivos dos interesses militares da Defesa Nacional e, de todos aqueles que a constituição mencionar cometer às Forças Armadas. Pode-se dizer que o mesmo se dedica a Crimes Estritamente Militares comuns como específicos.

4. Ficou claro, que com a evolução do conceito de crime militar até ao presente, existe a necessidade de uma Polícia de natureza judicial em meio militar, a PJM. Com o avançar do tempo as sociedades também vão acompanhando as mudanças, vão-se adaptando e colmatando as suas necessidades, com os

meios ou estruturas que têm disponíveis. A inexistência de uma polícia (PJM) que fizesse parte do Sistema de Justiça Militar veio a revelar-se necessária e fundamental para existir um Direito de Polícia. À luz do pensamento de Valente (2014), considera-se imprescindível conferir legalidade e legitimidade às ações. A materialização dessa tarefa, pertence à polícia, uma vez que carrega a norma geral e abstrata, tendo a sua imperatividade e coercibilidade jurídica.

Quanto ao desempenho da sua atividade de polícia, encontra-se provida de atribuições jurídico-administrativas e jurídico-criminais, dotada de *ius imperii*. Apresenta-se com a atribuição de OPC de competência específica, em razão de investigação de Crimes Estritamente Militares e, reservada na investigação de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares<sup>17</sup>. Fontes, vem dar contexto à presente situação, dizendo que “A Polícia Judiciária Militar tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação criminal, desenvolver e promover as ações de prevenção e de investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.” (Fontes, citado em Branco, 2000, p.134).

5. Na sua atividade de polícia, passam pelo cumprimento da lei, defendendo os direitos, liberdades e garantias dos indivíduos, assentando na legalidade. A Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar e o Código de Processo Penal também deixam bem patentes a perspetiva jurídica quanto à investigação criminal.

Viu-se que a descoberta da verdade material nos Crimes Estritamente Militares, numa investigação criminal terá de passar por questões mais práticas também, é o caso de uma recolha correta de indícios, análise minuciosa e posteriormente uma interpretação das mesmas. Valente, refere-se à Polícia, em como lhe está cometida também as funções de coadjuvação do poder judicial, de forma a que o tribunal aplique a lei. Vem clarificar, “A investigação criminal permite (ajuda) que o processo penal promova a aplicação da lei penal ao caso concreto, promovendo deste modo a sua “cristalização definitiva”, saindo da sua redoma abstracta para uma aplicação material e concreta” (Valente, 2004, p.399). De braço dado com a investigação criminal, temos a segurança interna. Do sucesso

---

<sup>17</sup> Artigo 4º, Lei nº 97-A/2009 de 3 de setembro - LOPJM.

da investigação criminal dependerá a segurança interna, pois uma é condicionante da outra. A este respeito no pensamento de Valente “A investigação criminal pode funcionar como uma trave mestra da *segurança* (interna) – tarefa fundamental do Estado” (Valente, 2014, p.121). A sua organização política, também se faz constituir pela Defesa Militar, que tem como garante a segurança do país.

6. Como última garantia do poder do Estado, as Forças Armadas, desempenham um papel fundamental no apoio da política externa. As mesmas podem deter o uso da violência organizada e estão integradas na Defesa Nacional. No pensamento de Loureiro dos Santos (2012), um Estado que não possua Forças Armadas será por norma, um Estado limitado quanto à sua soberania. Caraterizam-se por ser uma instituição naturalmente conservada, de uma organização complexa. Definem-se por ser um “vetor de ação do Estado que consubstancia o fator militar do potencial estratégico, tendo a finalidade de afirmar o poder nacional, em conjugação com todos os restantes vetores.(...) As Forças Armadas visam basicamente o objetivo segurança, mas em certos aspetos podem concorrer para o objetivo bem-estar executando missões que os seus meios e estruturas tenham capacidade de desempenhar, no âmbito das caraterísticas de duplo uso que possam ter, embora sem prejudicar a sua finalidade primária: garantir a segurança do país (população e áreas de soberania) e defender os interesses nacionais contra ameaças que exijam a utilização da coação física com acentuado grau de intensidade, além de assegurar o regular funcionamento dos órgãos de soberania” (Santos, 2012, p.18).

7. A dimensão simbólica, referente à condição Militar, encontra-se intrinsecamente ligada com os valores morais, com o sentimento de pertença e identidade dos militares nas Forças Armadas. Apraz mencionar-se que os militares foram treinados para a disciplina, sem ela não existiria ordem nem cumprimento dos seus deveres. É a disciplina que dá sentido à norma. O sentido de missão e de serviço vêm apresentar-se como imprescindíveis na segurança e bem-estar da população civil. No pensamento de Loureiro dos Santos (2012, p.24), para além de estarem sujeitos a códigos de honra específicos, estão

também sujeitos a uma disciplina e a um regime judicial muito próprio. Deverão ser educados no exemplo de valores, como a honra, lealdade, obediência, camaradagem, espírito de serviço, cumprimento de missão e espírito de sacrifício. A estes valores, acrescem-se os sacrifícios e os riscos a que podem estar sujeitos, como o sacrifício da própria vida. Os mesmos têm moldado ao longo do tempo, os profissionais que se encontram ao serviço nos variados ramos, é o caso também dos investigadores e peritos criminais da PJM. A sua identidade, também se define pelas suas competências, mas para além disso, o brasão e a sua divisa vêm lhe dar contexto.

8. Cogita-se, com alguma frequência, de que forma se conseguiria reestruturar as polícias em Portugal. De uma forma mais especial, se “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?”. O crescente questionamento desta polícia no Sistema de Justiça Militar Português, tem-se refletido na sua maioria, nos seus *handicaps*. A existência de uma possível extinção da PJM, tendo como base toda a investigação realizada, verifica-se que a presente hipótese não tem sentido. Para além de todos os fundamentos que lhe foram associados ao longo da investigação, não existe fundamento para que o Estado quisesse uma outra polícia a fazer investigação criminal em meio militar. Para além dos polícias não terem experiência nem o conhecimento da realidade em causa, uma vez que não foram militares, acabariam por não conseguir se movimentar no terreno corretamente porque que nunca conheceram tal realidade. A sua extinção em última análise, acabaria por colocar em causa o Estado de Direito Democrático. Em relação a este, Canotilho (2002), ressalva que para a sua constituição, embora enfrente sempre problemas de várias dimensões, é sempre necessário encontrar mecanismos, procedimentos ou instituições, em que se apoie ou se faça substituir. Nesta perspetiva, faz sentido afirmar que a legitimação da existência da PJM, reside na força do estado constitucional. A sua extinção acabaria por se refletir na perda de força por parte do Estado na defesa dos cidadãos. Desta forma vem permitir a coesão do Estado, e de um outro modo, poderia vir a apresentar-se dividido em relação aos seus poderes. A falta de visão do direito iria se refletir na liberdade.

9. A sua influência também está presente no Código de Justiça Militar, no Sistema de Justiça Militar, necessária aos ramos das Forças Armadas.

Uma das limitações apresentadas é precisamente a falta de conhecimento da sociedade civil. A sua maior exposição poderia cativar mais homens e mulheres ao serviço militar, tendo um maior número de interessados a incorporar. Tanto poderia se demonstrar inadequada se fosse excessiva, colocando a segurança interna e a Defesa Nacional em causa. Uma outra limitação, passa por não existir um adequado controle dos crimes cometidos em missões no estrangeiro, podendo os mesmos incorrerem em Crimes Estritamente Militares, não se verificando uma investigação mais minuciosa neste sentido.

10. Ressalva-se que a pergunta de investigação se encontra claramente respondida. É notória a importância da PJM no Sistema de Justiça Militar, e relevante para as Forças Armadas.

Pode-se afirmar neste sentido, que o Estado procura a todo o custo, respostas que satisfaçam intelectos menos exigentes. Se não houver espaço para a exploração e discussão de questões fundamentais no meio académico ou na comunidade científica, onde se poderá ter? A sociedade civil e militar, apresenta-se carente de respostas, respeitantes ao Sistema de Justiça Militar, em mais específico, à Polícia Judiciária Militar. Pouco conhecida fora da sua área, como também na comunidade científica, dessa forma, procurou-se lhe dar alguma visibilidade através da presente dissertação.

11. Neste sentido, Gomes Canotilho (2002), vem referir que as “globalizações” não devem de ser vistas como alterações globais radicais, pois ainda existem organizações do Estado que permanecem como garantes da segurança e defesa do país. Uma delas é a PJM.

Contudo, ainda há algum caminho a percorrer face à prevenção criminal, na presente polícia, tal como acontece com todas as outras. Pode-se afirmar que nunca é suficiente o trabalho de prevenção enquanto houver crimes militares a serem cometidos. O mesmo se apresenta cada vez mais, com formas e limites diferentes, mostrando-se necessária uma aprendizagem contínua e eficaz. Reforça-se o fator visibilidade da PJM, uma vez muito visível poderá suscitar demasiados interesses para o seu meio. Um país seguro também é um país com



uma Polícia Judiciária Militar cautelosa e ponderada como a que se apresenta. No entanto, a continuação da realização de investigações e de diferentes estudos podem despertar consciências e reforçar laços.

E, é neste sentido, que a existência de uma comunidade global de cooperação com relações mais estreitas e ativas no contexto militar, pode proporcionar a redução da criminalidade. A troca de perspetivas, de modos de atuação, e de experiências, pode ser uma mais valia para a PJM. Neste sentido, de forma a manter um bom posicionamento externo, as Forças Armadas revelam-se fulcrais na estabilidade. A progressão na carreira, o aumento do número de efetivos, o equipamento adequado nas diferentes missões, e uma maior visibilidade, cautelosa da sociedade militar à civil, viriam a revelar-se bastante promissoras. Uma vez que o conhecimento da PJM e do meio militar pode despertar vocações. O desenvolvimento de plataformas digitais de expansão do conhecimento à cerca da PJM, poderia permitir uma aproximação e conhecimento informado.

A integração de ex-militares na PJM poderia ser uma mais valia em determinadas investigações. A experiência e o conhecimento de situações passadas poderão ser positivas em investigações presentes e futuras, na medida em que o crime se apresenta com contornos diferentes. A formação em Contraterrorismo poderia ser mais aprofundada, até mesmo através de uma equipa que se dedicasse exclusivamente a essa área. Por exemplo, a abertura de um gabinete a ela dedicado, uma vez que pudesse avaliar os crimes Estritamente Militares de terrorismo cometidos em missões no estrangeiro e em Portugal.

Para ultimar, a presente dissertação, em jeito de ponderação, importa deixar claro, que a Polícia Judiciária Militar é necessária à Justiça Militar, em última análise é basilar e imprescindível na realização e prossecução do Estado de Direito. No entanto, é necessário que o Direito e a sociedade o permitam. Neste sentido, Gomes Canotilho (2002) vem ressaltar que é útil e importante o Direito perder a sua arrogância e aceitar com humildade que outras perspetivas, sejam elas de que ciências forem, são importantes no desenvolvimento de outras ordens jurídicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beccaria, C. (2007). *Dos Delitos e das Penas*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bell, J. (2008). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Bobbio, N. (1996). *Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo, Brasil: Fundação UNESP.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa, Portugal: DIFEL.
- Branco, C. (2000). *Desafios à Segurança e Defesa e os Corpos Militares de Polícia*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Canas, V., Pinto, A., & Leitão, A. (2004). *Código de Justiça Militar*. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora.
- Canotilho, J. G., Guéhenno, J. M., Júdice, J. M., Esteves, F. X., Barrento, A. M., Salgueiro, J., ... Ambrósio, T. (2002). *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*. S. Pedro do Estoril, Portugal: Edições Atena.
- Dias, J.F., & Andrade, M.C. (2011). *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora.
- Durão, S. (2006). "Patrulha e Proximidade: Estudar a Polícia em Ação". *Revista Politeia*, 3 (1), pp.7-18.
- Durão, S. (2008). *Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Durão, S. (2011). Polícia, Segurança e Crime em Portugal: Ambiguidades e paixões recentes. *Revista Etnográfica*, 15 (1), pp.129-152.
- Durão, S. (2016). *Esquadra de polícia*. Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Espírito Santo, G. (2002). *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*. S. Pedro do Estoril, Portugal: Atena.

Generalitat de Catalunya, Departament d' interior. (2006). *Mossos d' esquadra: Historia y presente*. Barcelona, España.

Gouveia, J. B. & Santos, S. (2015). *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Herrera, M.C., Brunet, T. C., Castro, G. D., Romanillo, J. A., Querol, M.Á., & Gómez, M. S. (2006). *Grande História Universal: Crise do Império Romano*. Alfragide, Portugal: EDICLUBE.

Navarro, J.M., Torres. L., & Navarro, F. M. (1995). *Legislación, Instituciones e História*. Madrid, España: Policía Foral Navarra.

Prata, V.G. (2012). *A Justiça Militar e a Defesa Nacional*. Lisboa, Portugal: Coisas de Ler.

Prata, V. G. (2012). "A tutela hierárquica da Polícia Judiciária Militar". *Revista Militar*, nº 2523, pp. 339-348.

Prata, V. G. (2012). "Polícia Judiciária Militar: Que futuro?". *Revista Operacional*, pp. 339-348.

Prata, V.G. (2015). "Crimes Estritamente Militares". Em Jorge Bacelar de Gouveia e Sofia Santos (coords.). *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Prata, V.G. (2017). "A Justiça Militar: Organização judiciária militar". *Revista Militar*, nº 2589, pp. 781-795.

Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Portugal: Gradiva.

Reis, F.L. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos: Guia Prático*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

Ruíz. M., & Corrales, P. (2010). *Protección y seguridad en los sítios reales desde la Ilustración al Liberalismo*. Alicante, Espanha: Universidad de Alicante.

Santos, J.L. (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sousa, P. M. (2008). *O Direito Penal e a Defesa Nacional*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Souza, D. (2014). “Algumas observações à obra do Conde de Lippe em Portugal”. Actas do VIII Colóquio de História Militar “Preparação e Formação Militar em Portugal”. *Revista Brasileira de História Militar*, 14, pp.3-18. Rio de Janeiro, Brasil: RBHM.

Valente, M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra, Portugal: Almedina.

### **Legislação Portuguesa:**

Constituição da República Portuguesa. (2017). Porto, Portugal: Porto Editora.

Código Penal. (2015). Coimbra, Portugal: Almedina.

Código Penal e Código de Processo Penal. (2020). Porto, Portugal: Porto Editora.

Código de Processo Penal. (2015). Coimbra, Portugal: Almedina.

Código de Justiça Militar. (2004). Coimbra, Portugal: Coimbra Editora.

Lei nº 47/1986, de 15 de outubro - Estatuto do Ministério Público.

Lei n.º 60/1998, de 27 de agosto - Estatuto do Ministério Público.

Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro - Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

Lei n.º 101/2003, de 15 de novembro - Estatuto dos Juízes Militares e Assessores Militares do Ministério Público.

Lei nº 100/2003, de 15 de novembro - Código de Justiça Militar.

Lei nº 1/2005, de 12 de agosto - Lei Constitucional.

Lei nº 49/2008, de 27 de agosto - Lei da Organização de Investigação Criminal.

Lei nº 97-A/2009 de 3 de setembro - Natureza, Missão e Atribuições da Polícia Judiciária Militar.

Lei Orgânica nº 2/2009, de 22 de julho – Regulamento de Disciplina Militar.

Lei Orgânica nº 4/1987, de 23 de dezembro - Lei da Competência e Organização da Jurisdição Militar.

Decreto-Lei nº 11.292, de 26 de novembro de 1925.

Decreto-Lei nº 520/1975 de 23 setembro - Criação do Serviço de Polícia Judiciária Militar.

Decreto-Lei nº 285/1976, de 21 de abril - Regulamento do Serviço de Polícia Judiciária Militar.

Decreto-Lei nº 200/2001, de 13 de julho - Estatuto da Polícia Judiciária Militar.

Decreto-Lei n.º 9/2012, de 18 de janeiro - Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar.

Portaria nº 150/1987, de 5 de março - Simbologia e heráldica do Serviço de Polícia Judiciária Militar.

Portaria nº 202/2010, 17 de março - Aprova o modelo de distintivo metálico, cartão livre trânsito e de identificação.

Portaria nº 294/2010, de 30 de abril - Aprova o uso e porte de arma na PJM.

Portaria nº 396/2019, de 15 de novembro - Simbologia e Heráldica da PJM.

Despacho nº 202/2010, de 6 de janeiro Diário da República - Unidade de Administração e Apoio Técnico da Polícia Judiciária Militar.

### **Legislação Espanhola:**

Ley nº 9/1988, de 21 de Abril - Jurisdição Militar.

Ley Organica nº 4/1987, de 15 de Julio – Competencia, Organización da Jurisdição Militar (LOCOJM).

Ley Orgánica nº 2/1989, de 13 de Abril - Lei Processual Militar (LPM).

### **Webgrafia:**

Anuário Estatístico. (2020.01.15). Portal do Ministério da Defesa. Acedido em [https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Paginas/default\\_.aspx](https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Paginas/default_.aspx) .

Defesa Nacional. (2020.01.15). Portal do Ministério da Defesa Nacional. Acedido em <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/sc/pjm> .

Justiça Europeia, (2020. Janeiro 12). Portal da Justiça Europeia. Acedido em <https://e-justice.europa.eu> .

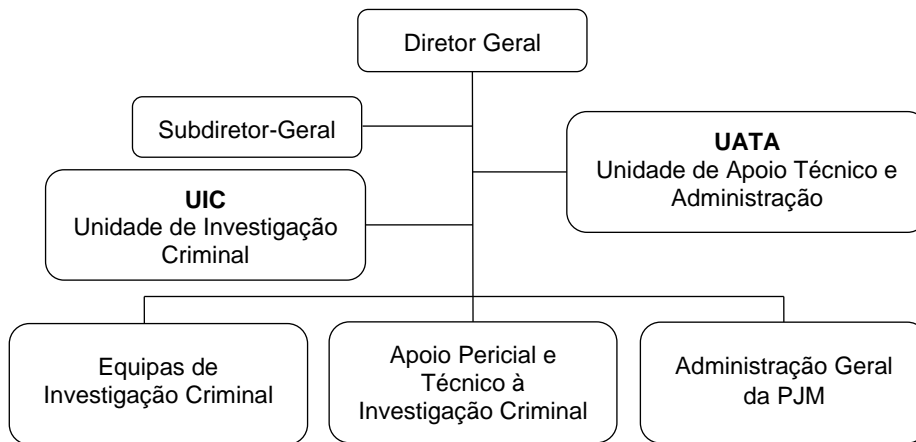
Mossos d'Esquadra. (2020. Janeiro 13). Portal Mossos d'Esquadra. Acedido em <https://mossos.gencat.cat/ca/inici/> .

Poder Judicial España. (2020. Janeiro 12). Portal do Consejo General del Poder Judicial. Acedido em <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Tribunal-Supremo> .

Polícia Vasca. (2020. Janeiro 13). Portal Museo Policía Vasca. Acedido em [www.museopoliciavasca.net](http://www.museopoliciavasca.net) .

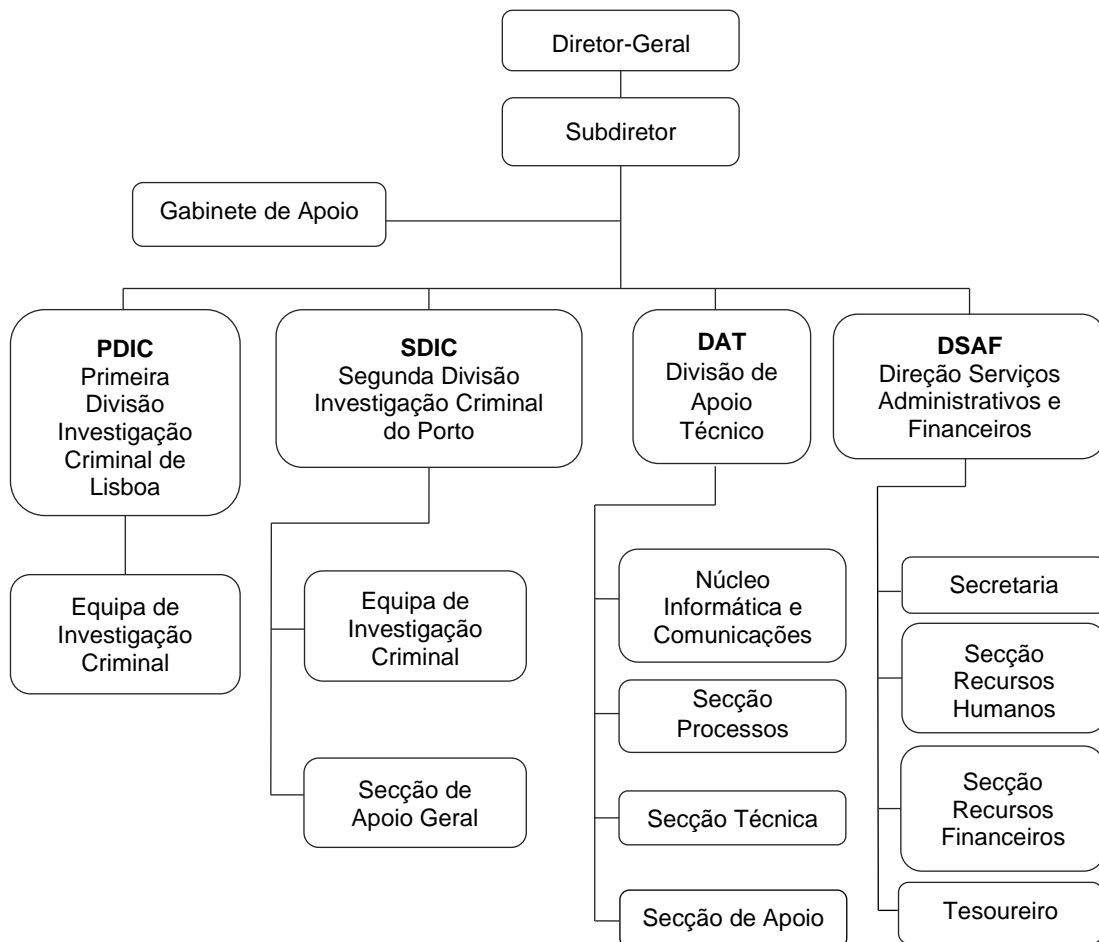
## ANEXOS

### Anexo 1. Organização e Estrutura Orgânica da PJM



Fonte: Lei nº 97- A/ 2009 de 3 de setembro

### Anexo 2. Organização e Estrutura Orgânica da PJM



Fonte: Dec-Lei n.º 200/2001, de 13 julho

**Anexo 3. Brasão de armas da PJM**



**Anexo 4. Brasão de armas do Diretor-  
-Geral da PJM**



**Anexo 5. Guião da PJM**



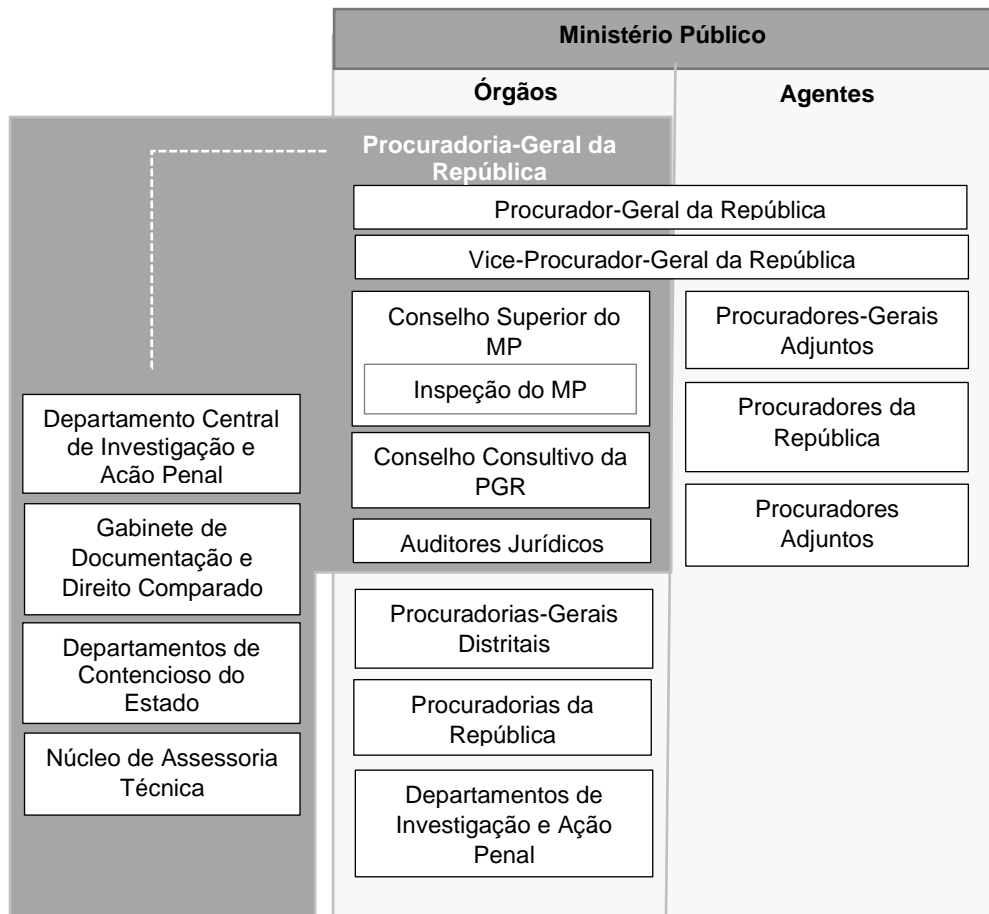
**Anexo 6. Galhardete da PJM**



Fonte: Portaria n.º 396/2019 de 15 de novembro

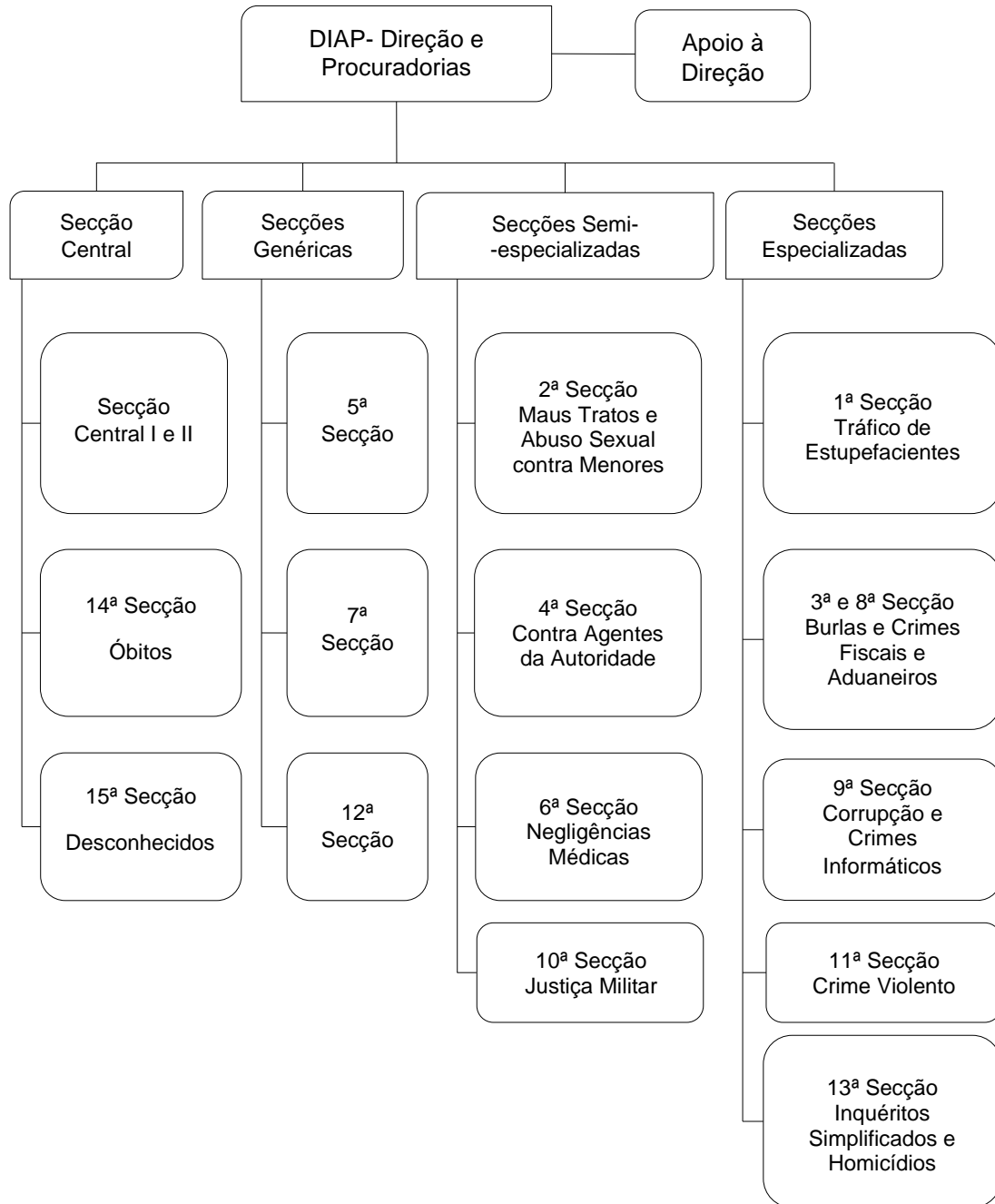


**Anexo 7. Organização Estrutural do Ministério Público posteriormente à  
reestruturação da Justiça Militar (1997)**



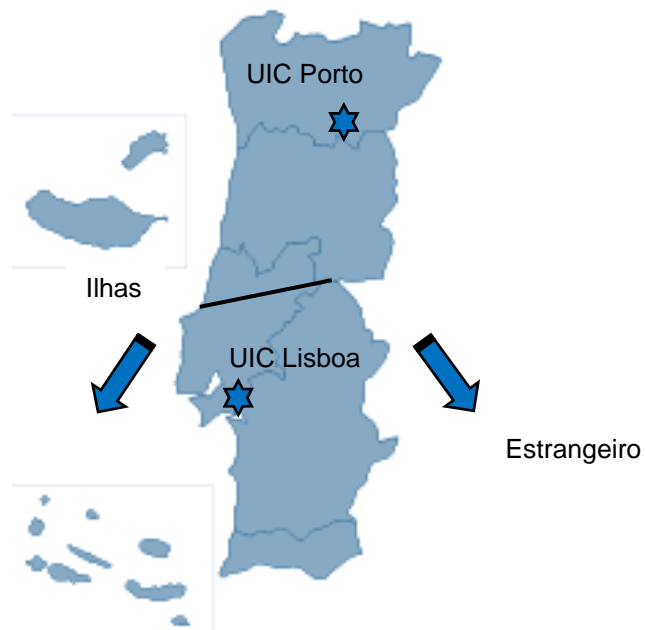
Fonte: Lei n.º 60/98, de 27 de agosto

**Anexo 8. Organização Estrutural do Departamento de Investigação de Ação Penal  
posteriormente à rutura da Justiça Militar (1997)**



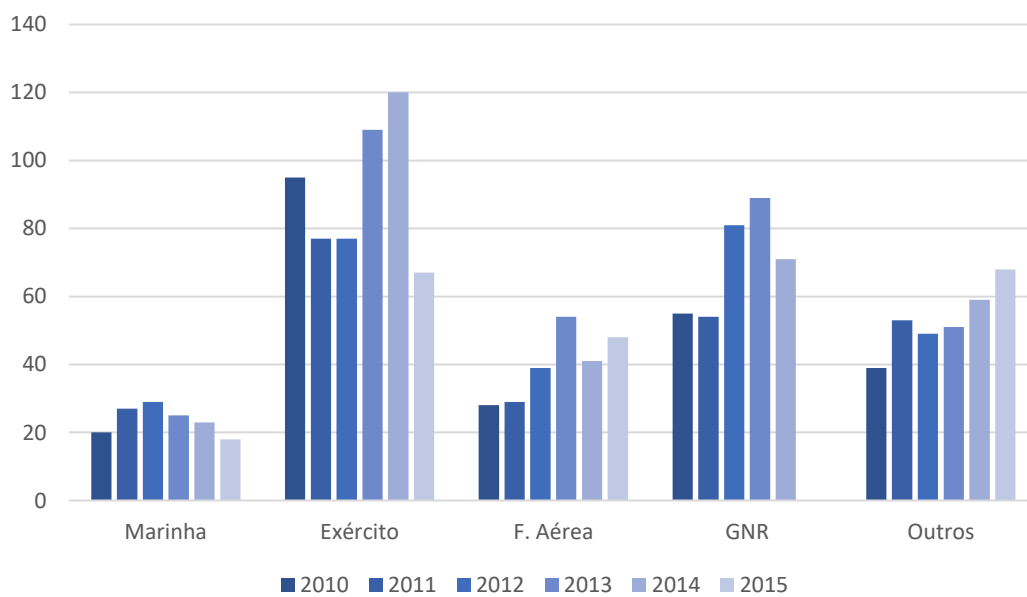
Fonte: Lei n.º 60/98, de 27 de agosto

### Anexo 9. Distribuição geográfica das Unidades de Investigação Criminal



Fonte: Código de Justiça Militar (Art. 110º e 112º)

### Gráfico 2. Evolução do Crime Estritamente Militar por cada ramo das Forças Armadas



Fonte: Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2010 - 2015

## **Entrevista exploratória**

### **Investigadores e Peritos Criminais da PJM**

A presente entrevista exploratória tem como objetivo, responder a questões relativas ao projeto de investigação em curso, bem como recolher dados no âmbito da dissertação de mestrado em Ciências Policiais pelo ISCPSI, que se intitula “*Da Polícia Judiciária Militar: Contributos para uma análise do regime vigente*”.

Neste âmbito, pretende-se investigar o objeto de estudo, a Polícia Judiciária Militar, de forma a responder ao Problema principal da investigação, se “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?” O contributo dos profissionais que lidam com a realidade militar e com a sua envolvência, como é o caso dos investigadores e peritos criminais, contribuirá para uma análise e verificação da sua relevância no Sistema de Justiça Militar no Código de Justiça Militar e nas Forças Armadas. Tudo isto tendo na sua base o Direito Militar e o Direito Policial.

O guião encontra-se dividido em três partes. A primeira destina-se à caracterização socioprofissional, a segunda ao Código de Justiça Militar e a terceira à Justiça Militar e Polícia Judiciária Militar.

Obrigada pela colaboração e disponibilidade.

Investigadora: Joana Oliveira

### **Questões**

- Qual é o seu posto?
- Qual o ramo a que pertence nas Forças Armadas?
- Quantos anos tem de serviço na atual instituição (cinco ou mais de cinco anos, ou menos de cinco)?
- Na sua opinião, o que é ser militar?
- Considera que ser militar é uma responsabilidade acrescida na sociedade?
- Qualquer indivíduo pode entrar para a PJM?

- Que habilitações são necessárias ter?
- Como investigadores e peritos criminais costumam investigar muitos crimes?
- Que tipo de crimes investigam?
- Onde se encontram regulados os Crimes que investigam?
- Consideram que o CJM enfatiza mais as penas por os indivíduos serem militares?
- Na sua opinião o que aconteceria se os Crimes Estritamente Militares passassem a ser investigados por outra polícia?
- Porquê investigadores e peritos militares e não civis?
- Qual o motivo de não envergarem o uniforme no dia-a-dia?
- Considera a PJM importante na sociedade militar?

### **Guião do Inquérito por Entrevista**

#### **Investigadores e Peritos Criminais da PJM**

O presente questionário tem como objetivo, a recolha de dados no âmbito da dissertação de mestrado em Ciências Policiais pelo ISCPSP, que se intitula “*Da Polícia Judiciária Militar: Contributos para uma análise do regime vigente*”.

Neste âmbito, pretende-se investigar o objeto de estudo, a Polícia Judiciária Militar, de forma a responder ao Problema principal da investigação, se “Continua a fazer sentido, nos dias de hoje, a existência de uma Polícia Judiciária Militar?”

O contributo dos profissionais que lidam com a realidade militar e com a sua envolvência, como é o caso dos investigadores, peritos criminais, magistrados e militares, contribuirá para uma análise e verificação da sua relevância no Sistema de Justiça Militar, no Código de Justiça Militar e para as Forças Armadas. Tudo isto, tendo na sua base o Direito Militar e o Direito Policial.

O guião encontra-se dividido em três partes. A primeira destina-se à caracterização socioprofissional, a segunda ao Código de Justiça Militar e a terceira à Justiça Militar e Polícia Judiciária Militar.

Obrigada pela colaboração e disponibilidade.

Investigadora: Joana Oliveira

### **I - Da caracterização socioprofissional**

- Qual é seu posto?
- Qual o ramo a que pertence nas Forças Armadas?
- Quantos anos tem de serviço na atual instituição (cinco ou mais, ou menos de cinco)?
- Quais são as suas habilitações literárias?

### **II - Do Código de Justiça Militar**

- Que opinião tem sobre o Código de Justiça Militar?
- Considera o Código de Justiça Militar imprescindível ao exercício e aplicação da competência de investigação criminal da PJM?
- Compreende a importância da utilização do CJM e do seu papel no Sistema de Justiça Militar?
- Considera que faz sentido os crimes estritamente militares serem investigados por uma polícia civil?

### **III - Da Justiça Militar à Polícia Judiciária Militar**

- Na sua opinião, a PJM é importante para o Sistema de Justiça Militar?
- Considera que a PJM deveria de ter mais recursos humanos e técnicos? Se sim, de entre os seguintes, escolha 1: Transportes (carrinhas e jipes todo o terreno), armas, munições e equipamento de proteção. Carreira de tiro. Melhoria das instalações.
- Como classifica o desempenho da PJM quanto à sua competência de Investigação Criminal? (1 - Insuficiente, 2 - Suficiente, 3 - Bom, 4 - Muito Bom, 5 - Excelente).
- Que áreas de investigação deveriam ser mais desenvolvidas dentro da instituição?
- De que forma a PJM poderia contribuir mais significativamente para a diminuição da criminalidade em contexto militar?
- Na sua opinião a PJM deveria dar-se mais a conhecer junto dos militares e comunidade civil?

- Considera ou não essencial a existência da PJM? Justifique.  
(1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo um pouco, 3 - Não concordo, 4 - Concordo um pouco, 5 - Concordo totalmente).

## **Guião do Inquérito por Entrevista**

### **Magistrados Ministério Público**

#### **I - Da caracterização socioprofissional**

- Qual a sua categoria profissional?
- Quantos anos tem de serviço na atual instituição (cinco ou mais, ou menos de cinco)?
- Quais são as suas habilitações literárias?

#### **II - Do Código de Justiça Militar**

- Que opinião tem sobre o Código de Justiça Militar?
- Considera o Código de Justiça Militar imprescindível ao exercício e aplicação da competência de investigação criminal da PJM?
- Compreende a importância da utilização do CJM e do seu papel no Sistema de Justiça Militar?
- Considera que faz sentido os crimes estritamente militares serem investigados por uma polícia civil?

#### **III - Da Justiça Militar à Polícia Judiciária Militar**

- Na sua opinião, a PJM é importante para o Sistema de Justiça Militar?
- Considera que a PJM deveria de ter mais recursos humanos e técnicos? Se sim, de entre os seguintes, escolha 1: Transportes (carrinhas e jipes todo o terreno), armas, munições e equipamento de proteção. Carreira de tiro. Melhoria das instalações.

- Como classifica o desempenho da PJM quanto à sua competência de Investigação Criminal? (1 - Insuficiente, 2 - Suficiente, 3 - Bom, 4 - Muito Bom, 5 - Excelente).
- Que áreas de investigação deveriam ser mais desenvolvidas dentro da instituição?
- De que forma a PJM poderia contribuir mais significativamente para a diminuição da criminalidade em contexto militar?
- Na sua opinião a PJM deveria dar-se mais a conhecer junto dos militares e comunidade civil?
- Considera ou não essencial a existência da PJM? Justifique.  
(1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo um pouco, 3 - Não concordo, 4 - Concordo um pouco, 5 - Concordo totalmente).

### **Guião do Inquérito por Entrevista**

#### **Militares das Forças Armadas e G.N.R.**

##### **I - Da caracterização socioprofissional**

- Qual é seu posto?
- Qual o ramo a que pertence nas Forças Armadas?
- Quantos anos tem de serviço na atual instituição (cinco ou mais, ou menos de cinco)?
- Quais são as suas habilitações literárias?

##### **II - Do Código de Justiça Militar**

- Que opinião tem sobre o Código de Justiça Militar?
- Considera o Código de Justiça Militar imprescindível ao exercício e aplicação da competência de investigação criminal da PJM?
- Compreende a importância da utilização do CJM e do seu papel no Sistema de Justiça Militar?



- Considera que faz sentido os crimes estritamente militares serem investigados por uma polícia civil?

### **III - Da Justiça Militar à Polícia Judiciária Militar**

- Na sua opinião, a PJM é importante para o Sistema de Justiça Militar?
- Considera que a PJM deveria de ter mais recursos humanos e técnicos? Se sim, de entre os seguintes, escolha 1: Transportes (carrinhas e jipes todo o terreno), armas, munições e equipamento de proteção. Carreira de tiro. Melhoria das instalações.
- Como classifica o desempenho da PJM quanto à sua competência de Investigação Criminal? (1 - Insuficiente, 2 - Suficiente, 3 - Bom, 4 - Muito Bom, 5 - Excelente).
- Que áreas de investigação deveriam ser mais desenvolvidas dentro da instituição?
- De que forma a PJM poderia contribuir mais significativamente para a diminuição da criminalidade em contexto militar?
- Na sua opinião a PJM deveria dar-se mais a conhecer junto dos militares e comunidade civil?
- Considera ou não essencial a existência da PJM? Justifique.  
(1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo um pouco, 3 - Não concordo, 4 - Concordo um pouco, 5 - Concordo totalmente).